

MANDATO XI
ATA Nº. 22/2016

SESSÃO ORDINÁRIA DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016

*Aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezasseis, nesta cidade de Braga, no Auditório da Associação Industrial do Minho, pelas vinte e uma horas, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Braga, sob a Presidência do Senhor Serafim Figueiral Rebelo, com a assistência do Senhor João Manuel Tinoco Ribeiro da Silva, como Primeiro Secretário e da Senhora Maria do Pilar Araújo Teixeira, como Segunda Secretária. **MAIORIA LEGAL - O SR. PRESIDENTE DA MESA EM EXERCÍCIO** comunicou que havia quórum, tendo-se verificado a presença de setenta e dois membros. **ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:** João Alberto Granja dos Santos Silva, Filomena Maria Beirão Mortágua Sousa Freitas Bordalo, Bento Duarte da Silva, Hugo Alexandre Lopes Soares, João Filipe Monteiro Marques, Paulo Alexandre Lopes de Carvalho Viana, Maria Ester da Silva Taveira, Domingos da Silva Abreu, Natacha Sofia Miranda Fontes, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Carlos Alberto Sousa Duarte Neves, Maria Isabel Magalhães Mexia Monteiro da Rocha, Daniel Fernandes Pinto, Karla Gabriela Coelho Marín, Manuel Maria Beninger Simões Correia, Sílvia Maria Rodrigues de Oliveira, Ilda de Fátima Gomes Esteves Carneiro, Pedro Miguel Pereira de Sousa, Ana Paula Enes Morais Pereira, Cláudia Patrícia Serapicos Alves, Sebastião Marques Quarenta, José António de Oliveira Rocha, Marta Filipa Azevedo Ferreira, José Manuel Lopes*

Ferreira, Manuel António Gomes Pinto, Francisco Marques de Oliveira, Artur Jorge de Oliveira Feio, Raúl Alfredo Cardoso Peixoto da Silva, Bruno André Ferreira Gomes da Silva, Bárbara Seco de Barros, Pedro Miguel Rodrigues Simões Casinhas, Manuel Carlos Ferreira da Silva, Paula Cristina Barata Monteiro da Costa Nogueira, Agostinho Fernando Monteiro Fernandes, José Manuel Ribeiro Afonso, Luís Filipe Paiva da Mota Pedroso, João José da Costa Pires, Manuel Jorge Costa Pires, Ricardo Jorge Pereira da Silva, José Oliveira da Silva, António Araújo Fonseca Veiga, Agostinho Joaquim Pereira Soares, Fernando Alberto Oliveira Costa e Silva, Joaquim de Oliveira Rodrigues, João da Silva Oliveira, Manuel António Veiga de Carvalho, João Manuel Faria da Costa, Marco Paulo Ferreira de Oliveira, João António de Matos Nogueira, Augusto Vieira de Carvalho, Sérgio Filipe de Sá Antunes Oliveira, Manuel da Silva Dias, Carmindo João Costa Soares, Adélia de Jesus Gonçalves da Silva, José Magalhães Soares Gomes, Manuel de Azevedo Martins, Fernando José Ferreira Peixoto, João Lamego Moreira, José António Vieira Peixoto, Hilário Fernandes Lopes, Carlos Alberto Ferreira de Sá, Francisco Manuel Pereira da Silva, António Martins de Araújo, Mário José Reis Vieira, Emiliano Renato Araújo Novera, Alexandre José de Sá Vieira, Manuel Pereira de Faria, Dinis Filipe Gomes de Sá e José Manuel Gomes Martins.

SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE MANDATO: *A Assembleia, em face dos pedidos apresentados, deliberou aceitar a suspensão de mandato dos seguintes membros: Hortense Lopes dos Santos, Américo dos Santos Afonso, Rosa Maria Macedo da Cunha, Alexandre Amoedo da Cruz Lourenço, Adelino da Costa Correia, Mário Alexandre Peixoto Gomes, Tânia Correia da Cruz, José João Pereira Correia, Luís Jorge Vaz Santos Antunes Coelho, Rui Manuel Martins Ribeiro Leite, Arlindo Henrique Lobo Borges, Gonçalo Nuno Lopes de Castro Pimenta de Castro, Maria Isabel Campos Ferreira de Sá, Diogo Carlos Mendes*

Almeida da Silva, André de Menezes Falcão Gomes Marques, José Marcelino da Costa Pires, Nuno Álvaro Freitas Barbosa de Alpoim, Vítor Manuel de Sousa Leite Cibrão Coutinho, Catarina Lourenço Ribeiro, Diana Sofia de Sá Carneiro Gonçalves Basto, Tiago Jorge de Assis Caldeira da Cruz Corais e Carla Maria da Costa e Cruz. FALTARAM OS SEGUINTE MEMBROS: Bento Ferraz Gomes de Faria, Rui Sérgio Ferreira da Silva Dória e Joana Maciel Ferreira da Costa. O SR. PRESIDENTE DA MESA EM EXERCÍCIO informou que iria presidir aos trabalhos daquela sessão, devido ao falecimento do pai da Sr^a. Presidente. Passou-se ao PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO. Neste período registou-se a intervenção do SR. MANUEL JOAQUIM DA SILVA FREITAS, morador na praça do Condestável, para revelar que ia ali exercer o seu direito de cidadania, começando por referir que se tinha feito um atentado relativamente à Quinta das Portas. Vivia nessa zona há trinta anos, uma zona pacata e sossegada e que desde o dia um de setembro aquela zona foi tomada de assalto. Não estava ligado a nenhum partido político e, insistiu, só estava a exercer o seu direito de cidadania. Lembrou que numa altura em que se faziam cimeiras, a nível mundial, para defesa do ambiente, na rua Manuel Carneiro, onde existiam árvores de dezenas de anos, procedeu-se à sua destruição, ao abate de vinte e quatro árvores. Achava que se poderia ter evitado aquilo se tivesse havido inteligência pela pessoa responsável pelo urbanismo. Cortaram os acessos para estacionamento aos moradores da zona, nomeadamente de pessoas com mobilidade reduzida. Sugeriu que o Sr. Vereador do Urbanismo se deslocasse ao local de carro, para poder verificar o que se estava a passar. Como era que ruas que existiam há trinta anos e eram públicas passaram agora a ser privadas? A segunda intervenção foi protagonizada pela SR^a. ISABEL MOURA, moradora na praça do Condestável, que disse ter sido surpreendida, em setembro, quando quis entrar na sua garagem

*e encontrou uma rua completamente trancada. Todos os dias tinha uma novidade, sem nenhum aviso da Câmara, do responsável da obra. Foram pura e simplesmente impedidos de entrar em casa por ruas que eram consideradas públicas, nomeadamente a rua Manuel Carneiro que, segundo informação dos trabalhadores, ela era particular. Existiam ecopontos no local o que provava que o espaço não era particular. Existia iluminação pública. Existia um jardim cuidado pelos funcionários da Câmara. Ou seja, durante trinta anos o local foi cuidado e, de repente, passou a ser particular. Mais, era uma obra particular que tinha uma licença de ruído até às vinte e três horas, durante mais de quinze dias. Já se tinha deslocado à Câmara para pedir a consulta do processo e ainda se encontrava a aguardar. Mas sabia da existência de uma zona verde, conforme constava do PDM, mas agora via um parque de estacionamento particular enorme. Tinha que arcar com todos esses inconvenientes e, nomeadamente, com lixo à porta, por não passar a recolha do mesmo na rua, por não ser pública. Deixou de ter estacionamento à porta de casa. A concluir alertou ainda para a acumulação de lixo na referida zona. Registou-se depois uma terceira intervenção pela **SR^a. SÓNIA ALEXANDRA MAGALHÃES**, que falou, também, na qualidade de moradora da Quinta das Portas e confirmou o que os oradores anteriores referiram de que aquela zona parecia uma ilha, sendo que a questão fulcral foi a de terem abatido mais de vinte árvores sem qualquer justificação, porque segundo o projeto, iriam plantá-las novamente, com a agravante de iram plantar árvores novas, que só provavelmente dali a trinta anos ficariam como as que lá existiram. Existiam ruas públicas que de um momento para o outro deixaram de o ser. Levantou ainda a questão relativa à existência de pó, cuja queixa já tinha sido endereçada à Câmara. Havia uma escola primária em frente à obra, com mais de cem crianças e não se conseguia circular nas ruas, nem estacionar e agora havia*

lama devido à chuva. Ninguém avisou os moradores do que se iria lá passar. Ficaram sem acessos, sem luz, sem água, sem gás, sem telecomunicações, tudo devido à obra. A rampa existente no seu prédio estava interdita há mais de um mês, sem a poderem utilizar. O SR. PRESIDENTE DA MESA EM EXERCÍCIO pôs à consideração dos líderes dos diversos grupos municipais, e no respeito pelo público, para não ficar até ao final da sessão, a possibilidade de a Câmara se poder pronunciar agora sobre as matérias ali apresentadas. Assim, passou a usar da palavra o SR. VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA, MIGUEL SOPAS DE MELO BANDEIRA, para esclarecer que, de facto, a circunstância do denominado processo da Quinta das Portas, não era, no estado em que estava, uma situação grata de corresponder e de algum modo traduzir aquilo que eram as justas aspirações dos moradores em continuarem a usufruir da tranquilidade de um amplo espaço urbano da cidade de Braga, que desde há quarenta anos, como foi muito bem referido, se encontrava devoluto, abandonado. Não iria entrar em questões de natureza processual e jurídica, até porque não era a pessoa indicada para o sustentar. De qualquer maneira disponibilizava-se para responder, por escrito, a todas as demandas que nesse sentido lhe fossem endereçadas. O que gostaria de dizer muito objetivamente era que para além daquilo que podia ser um pedido de desculpas pelas obras em curso e que realmente atrapalhava, provocava lixo, ruído, evidentemente, que dentro do escrutínio que estava a ser feito seria verificado se os horários estavam, ou não, a ser cumpridos. Mas devia dizer que a fiscalização da Câmara tinha orientações precisas para acompanhar a passo e passo a complexidade duma obra, que tinha já uma escala de um plano de pormenor e que vinha colmatar um espaço urbano que há quarenta anos, e de acordo com os mesmos documentos, estava destinado, precisamente, para uma urbanização, que tinha por equipamento central, também,

curiosamente, ainda que adaptado à época, um centro comercial e que no tempo em que aquilo foi aberto, e era importante referir isso, a questão da memória era justificativa para compreender a própria evolução dos processos, até se trataria, nos anos cinquenta, de uma área industrial. Não foi assim que a cidade se desenvolveu, foi absorvido, mas aquele espaço, como verde, era apenas o verde do abandono. Era o verde, obviamente, do impasse que tinha uma tortuosidade processual, mas que deixava uma situação perfeitamente clara, era que, apesar, das infraestruturas, apesar da iluminação, apesar dos arruamentos, todo aquele espaço, na generalidade era, de facto, propriedade privada. Era essa a informação que tinha. Evidentemente que não adiantava estarem ali a rebater isso. E era nesse sentido, independentemente de eventual controvérsia de direitos adquiridos, era essa a informação técnica como Vereador, e acreditassem na sua boa-fé, ou não, da sua opinião, que, de facto, definia um espaço que precisamente até há pouco tempo, e foi até objeto de questões televisivas, precisamente deixava insolarizados alguns dos edifícios que, entretanto, foram construídos e que, realmente, não beneficiavam das condições de acessibilidade, das condições de infraestruturas completas, particularmente no inverno, que dava origem a uma manifestação frequente de queixas e, como tal, aquele impasse urbanístico tinha que ser resolvido. A questão que tinha sido falada de que em sede de PDM estava destinado a espaço verde, voltava a insistir e poderia parecer redundante, mas era aquela que decorria precisamente da atribuição e uma classificação a solos que há muito tempo eram usados pelos seus proprietários, para os seus direitos adquiridos. Nuns casos foram mencionados esses direitos, noutros não. Nos que não foram, permaneceriam como espaços verdes. Agora, independentemente da questão das árvores e da replantação das novas árvores estava convencido que seriam árvores de maior crescimento rápido e que faziam parte do próprio

*ordenamento urbanístico, que os seus promotores tinham direito a realizá-lo. De facto, nunca esteve para ali projetado qualquer tipo de jardim, ou de outro espaço que pudesse induzir uma descaracterização, uma desvalorização do imbróglia adiado. Preferia entender, e admitia que não concordassem consigo, que num período em que também a cidade estava paralisada naquele setor, num setor tão importante para a economia local, aquele processo compreendia a reanimação de um tipo de intervenção que era necessária à cidade. Rematava com a ideia que a Câmara Municipal de Braga tinha, ultrapassada aquela fase, naturalmente, incómoda das obras, era de que teriam resolvido um impasse urbanístico da cidade. Procedido à colmatação de um lugar que estava abandonado. E queria só, para terminar, dizer que a relação de interconexão das vias com o equipamento e com a expansão urbana que estava associada aos índices determinados para o local, foi objeto de um estudo da engenharia de tráfego e, portanto, estavam cientes e sustentados que a resolução daquele problema iria contribuir para a melhoria do local e para uma maior centralidade da própria praça que ali ficava no meio do espaço, que não era só do local em causa, mas, também, de toda a envolvente. Passou-se, depois, ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**, que teve início com a apresentação de um **Voto de Pesar**, proposto pela **Mesa**, pelo falecimento do pai da Senhora Presidente da Assembleia Municipal e que se desse conhecimento à Senhora Presidente e família, o qual, depois de votado, foi **aprovado por unanimidade**. Depois foi presente um **Voto de Congratulação**, pela **Sr.ª Deputada do P.S., CLÁUDIA PATRÍCIA SERAPICOS ALVES**, que dizia que a Ent'Artes, Escola de Dança sediada em Braga, participou nos dias dez a treze de novembro na semifinal internacional do Youth America Grand Prix, em Paris. Nessa competição conseguiu integrar o top doze de Ensemble e o aluno João Freitas conquistou o segundo lugar em clássico e o terceiro em contemporâneo,*

apurando-se, assim para a grande final internacional que decorreria em Nova Iorque em abril do próximo ano. Essa classificação valeu ainda a João Freitas a atribuição de uma bolsa para a Bolshoi Ballet Academy. A Ent'Artes conseguiu apurar todos os catorze alunos que participaram na competição em Paris para a grande final de Nova Iorque, onde participaria com seis coreografias, no total. Assim, o Grupo Municipal do Partido Socialista, em reunião ordinária da Assembleia Municipal de Braga, de trinta de novembro de dois mil e dezasseis, apresentou um voto de congratulação pelo trabalho desenvolvido e pelos sucessos do aluno João Freitas e da Escola Ent'Artes, de todos os alunos e professores, que continuavam a engrandecer e a levar o nome de Braga mais longe. Posto à votação foi o referido voto de congratulação **aprovado por unanimidade**. Interveio posteriormente o **Sr. Deputado do P.P.M., MANUEL MARIA BENINGER SIMÕES CORREIA**, para proceder à apresentação de uma **Moção de Congratulação** subordinada ao tema “primeiro de dezembro - o mais importante feriado nacional”, que revelava que na noite de trinta de novembro de mil seiscentos e quarenta, há precisamente trezentos e sessenta e seis anos, um grupo de bravos e corajosos portugueses reuniu-se no Palácio de D. Antão de Almada, em Lisboa, para ultimar os preparativos da revolta que iriam perpetrar no dia seguinte, a fim de libertarem o Reino de Portugal de uma dinastia estrangeira e usurpadora dos legítimos direitos da Casa de Bragança. A vitória alcançada no dia um de dezembro de mil seiscentos e quarenta, veio permitir, finalmente, que Portugal fosse reconduzido à sua plena independência de nação livre e soberana. Uma data fundamental para todos os portugueses, fossem eles monárquicos ou republicanos. Não existia feriado mais importante para uma Nação do que comemorar a sua independência e para um povo do que a sua liberdade. O primeiro de dezembro era o mais antigo feriado civil português e o mais alto dos

*feriados patrióticos, tendo atravessado regimes e mudanças políticas e sociais, sendo a forma como desde há século e meio os portugueses, da esquerda à direita, dos monárquicos aos republicanos, escolheram celebrar a sua independência e liberdade. No entanto, o feriado primeiro de dezembro tinha sido eliminado no início de dois mil e doze. Estavam a falar, nada mais, nada menos, da data nacional mais importante, do dia em que celebrávamos o valor essencial do nosso país, como país soberano independente. Na generalidade dos países que adquiriram a independência nacional contra outros, esse feriado era, inclusive, o principal de todos os feriados, correspondendo ao respetivo Dia Nacional, como era o caso dos Estados Unidos da América, com o seu quatro de julho e como era o caso da larga maioria dos Estados-membros da União Europeia, bem como também o era de todos os países da CPLP. O primeiro de dezembro constituía a origem e a matriz dos Feriados Oficiais Portugueses. Se não tivesse existido o primeiro de dezembro de mil seiscentos e quarenta, não haveria dez de junho ou o vinte e cinco de abril, pois a agenda dos Feriados Oficiais Portugueses coincidiria com a de Madrid e, nem muito menos, existiria um Campeão Europeu de Futebol com o nome de Portugal. Assim, o P.P.M. propunha àquela Assembleia Municipal que se aprovasse a Moção de Congratulação com a revisão da decisão do governo e regozijo pela retoma do feriado primeiro de dezembro. VIVA PORTUGAL! Posta à votação foi a referida moção de congratulação **aprovada por unanimidade**. Passou, depois, a usar da palavra o Sr. Deputado do P.S., **ARTUR JORGE DE OLIVEIRA FEIO**, para, numa **Declaração Política**, salientar que era com bastante satisfação que viam o Município de Braga avançar com o processo de contratação de catorze novos assistentes operacionais para as escolas do Concelho, e de dez mais cinco (salvaguardou dez mais cinco) novos elementos para a Companhia de Bombeiros Municipais. Mais gratos se sentiam pelo facto*

dessas decisões surgirem após os vereadores do Partido Socialista terem denunciado a falta de auxiliares de ação educativa em várias escolas do primeiro ciclo do ensino básico. A contratação desses profissionais destinava-se a dar apoio a crianças com necessidades educativas especiais nos jardins-de-infância pertencentes ao município, mas provava mais uma vez que aquela maioria não antecipava os problemas mas, se deixava arrastar por eles e reagia a reboque da denúncia. Estava certo que também seria a reboque que se resolveria agora o problema das refeições escolares, nomeadamente por falta de pagamento a diversas freguesias das respetivas refeições e que tinham causado enormes constrangimentos de tesouraria. Aliás, era o tipo de resposta dada pela maioria PSD/CDS a todas as trapalhadas como as ações infratoras de poluição do rio Este, as obras na Academia do Sporting de Braga ou das obras da Quinta das Portas. Neste caso, a fúria anti árvores atacou no empreendimento dos quatro mamarrachos que estavam a ser construídos, sem licença (de construção), junto à rotunda do Santos da Cunha. Esperava-se ao menos que o novo empreendimento fosse generoso no tratamento paisagístico, compensando largamente o "crime" praticado. Era difícil de acreditar mas constava tal e qual do licenciamento do loteamento! Um empreendimento que destruiu vinte e duas árvores, previa agora a grandiosa doação ao domínio público de catorze integradas em mini áreas verdes inúteis, que nem serviam para passear o cão. Continuava – ao contrário do que era combatido há três anos - um modelo ultrapassado que descaracterizava a cidade e desumanizava o espaço público. Quer os atos poluidores do rio Este, quer esse abate de árvores confirmavam que as preocupações ambientais da atual Câmara eram apenas teóricas. Não viessem dizer que o projeto da Quinta das Portas era mais qualquer esqueleto do tempo de Mesquita Machado porque era de finais de dois mil e catorze e portanto integralmente processado no mandato de Ricardo

Rio. Esses e outros atos mostravam que o atual Executivo não tinha competência para gerir os problemas de Braga. Tão ocupados andavam com a exportação da imagem da cidade, que se esqueciam de cumprir as suas promessas eleitorais, como já ali denunciaram por várias vezes, ao longo de três anos de verdadeiro regabofe de satisfação de clientelas partidárias na contratação de pessoal não técnico para lugares de alta responsabilidade e competência técnica. Sabia-se agora que o único objetivo era denegrir os técnicos e atirar para cima deles os efeitos da sua incompetência e marasmo em que se encontravam alguns serviços. Os documentos internos e os e-mails recentes comprovavam essa estratégia. Essa falta de estatura política e ficou bem patente ao deixar o anterior presidente de fora da entrega de medalhas no dia do Patrono de Braga, São Geraldo. Como referiu Hugo Pires era uma atitude «antidemocrática, pequenina, mesquinha. Era um ato justo e que lhe ficava bem». Podiam e podia-se não gostar de Francisco Mesquita Machado, mas foi graças a ele que Braga atingiu o nível de desenvolvimento e qualidade de vida que tinha hoje. Por isso, o PS reafirmava que iria «corrigir o erro» já em dois mil e dezoito, quando estivesse a governar a Câmara Municipal de Braga. Era desprovido de sentido não reconhecer que Braga era a terceira cidade de Portugal, e uma das mais atraentes para viver, e negar a ação de Francisco Mesquita Machado, desde mil novecentos e setenta e seis até aos nossos dias, em dez eleições consecutivas, com oito maiorias absolutas era chamar de inábeis os Bracarenses. Todos os estudos e referências internacionais isentavam qualquer juízo da História invocado por quem não tinha história para avaliar o seu inquestionável mérito. “É bom viver em Braga”. A Comissão Europeia divulgou os resultados do quinto Euro barómetro sobre a “Perceção da Qualidade de Vida nas Cidades Europeias” que mostrou que Braga estava entre as catorze em que o nível de satisfação dos seus habitantes ultrapassava os noventa e

sete por cento e era a única de Portugal, a par de nomes como Oslo, Zurique, Munique, Hamburgo ou Estocolmo, entre outras. Em mil novecentos e setenta e seis, Braga mostrava bem o estado de pobreza em que estava. Os serviços básicos circunscreviam-se a um pequeno número de pessoas. Desde a água ao domicílio, o saneamento básico, a habitação, os estabelecimentos de ensino e equipamentos desportivos e de lazer. Com Mesquita Machado, Braga cumpriu a democracia: tornou estes bens fundamentais e constitucionais acessíveis a qualquer cidadão. A atribuição do Grau de Honra a Mesquita Machado e recusada pelos membros do Executivo, alicerçou-se nos serviços que o ex-Presidente prestou ao concelho e no respeito democrático pela escolha dos Bracarenses em nove opções diferentes, durante trinta e sete anos a eleger Mesquita Machado para governar a cidade e o concelho de Braga. “Vamos aos factos e decisões sem as quais Braga seria mais pobre”: Um - A criação do PEB para diversificar e dinamizar a atividade económica, a partir da Feira Internacional da Agricultura, Pecuária e Alimentação. Braga era uma cidade extremamente dinâmica, com um tecido económico muito diversificado, com empresas de referência no contexto nacional e internacional, conforme juízo histórico de Ricardo Rio; Dois - A fundação dos TUB, em mil novecentos e oitenta e dois, para substituir um obsoleto serviço de transportes públicos da SOTUBE que não extravasava os limites urbanos, chegando a todas as freguesias o concelho como “segunda ferramenta dos trabalhadores” e proporcionando momentos de lazer aos mais idosos das sessenta e duas freguesias do concelho. Em dois mil e doze a CMB financiava os passes sociais em mais de quatro vírgula dois milhões de euros; Três - A delegação pioneira de competências da CMB nas Juntas de Freguesia elevando a capacidade e dignidade dos autarcas das freguesias, cujas sedes foram dignificadas com espaços renovados à altura das exigências da democracia moderna; Quatro - A

criação da primeira Escola de Educação Rodoviária, à qual se seguiram outras em vários concelhos do país; o apoio à UM, a criação de condições para um INL que tornou Braga na segunda cidade em Portugal com maior número de pedidos de patentes junto do Instituto Europeu de Patentes (IEP), apenas ultrapassada por Lisboa; Cinco - O apoio pioneiro – copiado por muitos outros municípios — ao arrendamento de habitação para agregados familiares mais pobres, dando o pontapé de saída para uma das poucas empresas municipais de Habitação existentes no país. Recordava o Subarrendamento, iniciativa pioneira em Portugal criada em mil novecentos e oitenta e seis. Seis - Mesquita Machado teve o cuidado de promover um crescimento homogéneo de todo o território. O crescimento da população urbana nunca se fez à custa da desertificação rural. As freguesias rurais cresceram porque foram dotadas de rede viária que facilitou o acesso delas ao centro da cidade; Sete - Ninguém podia aguardar o juízo da história para ver a rede de saneamento e de abastecimento de água a todo o concelho de Braga em dois mil e nove, quando ainda hoje existiam municípios vizinhos a fazer manchetes sobre alargamento das respetivas redes longe de estarem concluídas. No país, Braga, há dez anos, era quem apresentava as melhores taxas de cobertura; Oito - A criação de estruturas de apoio ao desporto e atividades de lazer que faziam de Braga o concelho do país com melhor área de espaço desportivo por pessoa, em recintos desportivos, ao ar livre, cobertos e piscinas; Nove - A criação de espaços para a atividade cultural, começando com o Theatro Circo, continuando no Mercado Cultural e no Museu da Imagem. E que dizer do Mimarte e da Feira do Livro, sem esquecer a Braga Romana ou a Capital Europeia da Juventude com a sua inesquecível Noite Branca. Por essas e outras razões, em dois mil e quinze, o jornal inglês “The Guardian” definia Braga como a cidade mais encantadora de Portugal, sendo catalogada como uma “cidade antiga” mas simultaneamente

detentora de “uma energia jovem e moderna”; Dez - O gigantesco esforço na requalificação de escolas do ensino básico, aliado ao pioneirismo das Atividades de Enriquecimento Curricular, serviço de refeições e Quinta Pedagógica, antes de todas as outras, que definiam Braga como exemplar. Já em dois mil e nove, mil e quatrocentos alunos do escalão A tiveram apoios com a atribuição de manuais, alimentação e material escolar e os mil e quinhentos alunos do escalão B foram contemplados com os manuais e alimentação. Agora todos falavam dessas medidas. Não esquecer o empenho político e decisivo para a criação de uma Escola de Saúde e uma Licenciatura em medicina com o prestígio que granjeava.

Onze - A sua proximidade e participação na vida de coletividades representativas de Braga como eram o Sporting Clube de Braga e o Académico Basket Clube, nos momentos de maior fragilidade, sem virar a cara e enfrentando as dificuldades;

Doze - A ele se devia a requalificação das margens do Este e da margem esquerda do Cávado para as transformar em autênticas e apetecidas zonas de lazer para os Bracarenses, através das ciclovias, e a ligação entre o parque da Ponte renovado e o Monte Picoto requalificado. Braga tinha hoje um dos maiores corredores pedonais de um centro urbano regenerado, permitindo que a cidade fosse das pessoas e não dos carros. Importava, a fechar, não esquecer a opção acertada por uma política de municipalização de solos que permitiu prosseguir uma política expansionista ao nível da construção que, tendo levado a alguns erros e excessos, permitiu, também, que Braga fosse e seja umas das cidades mais baratas em termos de parque habitacional, facto que contribuiu em grande medida para atrair e fixar muita população, facilitando, de forma muito significativa, o crescimento da UM. “Nem tudo foi, obviamente, bem feito. E nós, Socialistas, sabemos e assumimos que ao longo de mais de trinta e sete anos houve decisões que se revelaram erradas, outras pouco acertadas e algumas bastante infelizes. Só quem

*não faz, só quem não decide, só quem não arrisca é que não erra. Por isso, fomos castigados em dois mil e treze.... Mas quem votou, não esperava tão pouco, tão fraquinho, tão insosso....Ricardo Rio, se continuar no mesmo caminho destes primeiros três anos, pleno de festas, arraiais e folclore mediático, sem que se lhe conheça uma ideia inovadora, visionária e estruturante para Braga talvez possa mesmo vir a ser conhecido como o Presidente que não erra mas ficará também, certamente, conhecido como o Presidente que nada fez, nada faz e que nada de verdadeiramente importante deixará de legado a Braga e aos Bracarenses”. Para terminar, recordar que em Braga era tradição inaugurar no dia um de dezembro a iluminação de Natal. “A tradição já não é o que era, e a cidade de Braga é de facto a imagem deste executivo: triste, muito triste... já nem nos acode o Pai Natal”. A palavra foi depois dada ao Sr. **Deputado do P.S.D., JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA**, para, noutra **Declaração Política**, começar por saudar o Sr. Deputado Artur Feio, que já conheciam da Assembleia, mas que ainda não tinham tido o gosto de o ouvir daquela tribuna. E aproveitava para felicitá-lo pela sua eleição para líder local do Partido Socialista, porque teve, pelo menos, o condão de poderem ouvir as suas intervenções políticas e valorizar ali a Assembleia com os seus contributos. E, de facto, a expectativa do Partido Social Democrata foi a de que fossem, desde logo, bafejados com uma intervenção de qualidade, aberta, com perspectivas, com ideias, com alternativas, que era aquilo que o concelho precisava e que, naturalmente esperava de uma oposição com projetos, com ideias e com ambições. E, confessou, que não podia deixar de manifestar alguma estranheza, por ouvir uma intervenção, que já tinha visto na imprensa, na sua maioria, o que revelava um pouquinho de falta de imaginação e um bocadinho de falta de consideração pelos seus colegas Deputados da Assembleia Municipal, mas tinha, sobretudo, o toque característico de os ter*

brindado com uma espécie de intervenção revisionista lembrando umas partes do passado e fazendo ali uma apologia curiosa da obra do Engenheiro Mesquita Machado. Julgavam que naquela equipa já tinham conseguido emancipar-se do pai. Mas a prova que ali estava era que ainda não era desta, não era fácil. Compreendiam que não era fácil, mas estava provado, por aquela intervenção, que o processo estava a ser difícil. E era curioso que até o Vereador Hugo Pires foi citado nas intervenções do líder da concelhia. Percebiam isso. Mas alguém tinha que explicar ao líder local do PS, que aquela sua intervenção e aquele reconhecimento da obra de Mesquita Machado, que tantos elogios e tantas palavras simpáticas lhe mereceu, já foi julgada nas eleições. E quem protagonizou o projeto não foi nenhum ilustre desconhecido ou qualquer personagem que tivesse chegado de Marte, foi o Vice-Presidente do Engenheiro Mesquita Machado, que também era o responsável partidário do PS. E, por isso, quando viam fazer uma intervenção daquela natureza, era relativamente fácil elencar pontos e ali de rajada ficou curioso por não ter sido referida a piscina olímpica e a sua pesada fatura de milhões. A SGEB e essa fatura sinistra, que estavam todos a pagar. A degradação e a derrapagem da fatura das obras do estádio, que ainda iria pagar-se durante muitos anos. Os atentados ao património, que a ASPA denunciou, não precisava de ser o PSD a fazê-lo. Aquilo que fizeram nas Sete Fontes, em que conferiram capacidade construtiva ao parque e que, agora, tinham dificuldade em desenhencilhar, porque estavam amarrados à obra que lá tinham feito. O negócio das Convertidas. Havia muitos outros exemplos. E se a ideia foi ir ali fazer o exercício de revisionismo, o desafio que faziam ao Sr. Presidente do PS, se queria começar uma nova era, era que tinha que passar o filme todo, não apenas a parte que lhe interessava. Mas, sobretudo, e esse era o desafio que queriam ali deixar, era que tivesse a capacidade de não se deixar enredar na espuma dos dias e fazer

ali a reprodução dos comunicados partidários e fosse ali apresentar as alternativas, as propostas, as ideias, os novos caminhos. Era isso que se esperava de uma oposição. “O sinal ainda vai fraquinho”, rematou o interveniente. Passou a usar da palavra o **Sr. Deputado do P.S., PEDRO MIGUEL PEREIRA DE SOUSA**, para, num ponto de ordem à Mesa e respondendo a um repto do Dr. Raúl Peixoto, pôr “os pontos nos is”. Não cabiam respostas das declarações políticas. E aquilo que o Deputado João Granja ali foi fazer, foi um abuso regimental à imagem de outros abusos regimentais que se tinham passado naquela Assembleia. Não era bonito. Bonito era o debate das ideias, como disse. Mas o Deputado João Granja, ao invés de ir ali fazer esse debate, foi ali aproveitar o abuso de uma figura de declaração política, para ir apenas e só responder, “tim tim por tim tim” “ipsis verbis” a cada ponto da declaração política do PS. Voltou a usar da palavra o **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA**, apenas para dizer que as declarações políticas da sua bancada, ainda eram livres de as fazer. E o facto de não levarem o papelinho feito de casa, não os impedia de exercerem a sua liberdade, dizendo o que achavam adequado. Posteriormente foi dada a palavra ao **Sr. Deputado da C.D.U., BRUNO ANDRÉ FERREIRA GOMES DA SILVA**, para, numa outra **Declaração Política**, realçar que no decurso da passada semana os bracarenses acordaram alvoraçados com a notícia de um crime ficcionado. Noticiavam as parangonas que estava em curso uma solução para “matar” a Sociedade Gestora de Equipamentos de Braga (SGEB). Tendo aquela notícia chegado ao conhecimento da sociedade civil, seguiu-se o habitual inquérito popular, com o escopo de se investigar a existência daquele crime ficcionado e determinar os seus agentes. Pesasse embora os agentes do efabulado crime tivessem assumido a sua autoria, urgia efetuar diligências no sentido de se aferir a existência dos elementos típicos do delito. Chamados a

depor, os orgulhosos autores da façanha - Ricardo Rio e o multifacetado administrador da AGERE - dissecaram o magistral plano perante uma plateia acomodada. Contudo, o móbil do assassinato da famigerada SGEB apresentava lacunas várias. Estariam os bracarenses perante o anúncio de uma morte consumada ou defronte de uma mera declaração de intenções? Numa primeira fase do inquérito, os bracarenses ficaram com a sensação de que estariam perante um homicídio privilegiado, porquanto o agente do crime (a atual maioria de direita) teria sido levada a encomendar apressadamente a morte da SGEB dominada por compreensível emoção violenta. Ou seja, confrontada com o fracasso das suas principais promessas, a menos de um ano das eleições autárquicas, a atual maioria tentou mostrar algum serviço de última hora. Em alternativa, os bracarenses também podiam ser levados a pensar que a morte da SGEB seria feita a pedido da vítima (ou seja, a pedido dos parceiros privados). Em abono da verdade, a dissolução da SGEB apenas seria levada avante se os sócios privados viabilizassem a dissolução daquele cancro. E assim foi. Restava-lhes, contudo, conhecer os contornos que estavam subjacentes a essa dissolução, assim como importava saber se todas as alternativas foram devidamente esgotadas, de modo a evitar-se que aquele acabasse por ser mais um dos esqueletos, que tinham sido enclausurados nas catacumbas dos negócios e das negociatas desenvolvidos entre o Município e os privados do costume. Tal como em tudo o que dizia respeito a essas parcerias, só o futuro permitiria averiguar a bondade dessa demanda. Por conseguinte, e tal como diria Mark Twain, parecia-lhes que as notícias sobre a morte da SGEB, ou melhor as notícias sobre os seus benefícios, eram manifestamente exageradas, já que a limitação do endividamento da Autarquia, bem como as contrapartidas ainda desconhecidas, poderiam traduzir-se na reencarnação do mal, que agora acabava de ser expurgado. Entretanto, pesasse

embora o frenesim causado pelo anúncio da morte da SGEB, a CDU não perdeu o fio à meada daquele que constituiu o golpe fatal no tão propalado tempo novo (referiam-se à malograda Quinta das Portas). Aproveitando a oportunidade que lhes foi concedida, o grupo municipal da CDU exigia obter os seguintes esclarecimentos cabais (por parte do vereador do urbanismo): Considerando que devia existir uma correspondência entre o PIP e o edificado, estaria o Sr. Vereador em condições de garantir que a obra levada a cabo na Quinta das Portas correspondia efetivamente ao projeto que foi apresentado aos serviços camarários? Ademais, nos últimos dias tinham assistido ao avanço frenético das máquinas. Máquinas que tudo destruíam, independentemente dos elevados danos que tinham sido causados aos moradores e aos transeuntes que se aventuravam por aquelas bandas. Perante este facto, a CDU pretendia saber por que motivo estava o domínio público a ser subtraído aos bracarenses. Recordavam que o Assento do Supremo Tribunal de Justiça, datado de dezanove de abril de mil novecentos e oitenta e nove, hoje com valor de jurisprudência uniformizada, firmou a seguinte jurisprudência: "São públicos os caminhos que, desde tempos imemoriais, estão no uso direto e imediato do público". Nestes casos, desde que se provasse que o caminho foi construído ou foi legitimamente apropriado por uma autarquia, que exercia sobre ele jurisdição, administrando-o, melhorando-o e conservando-o, não podia duvidar-se que se tratava de um caminho público ou de um terreno público pertencente àquela entidade pública. Tal facto impedia, Sr. Vereador, que o promotor privado se socorresse da eventual falta de formalização da transferência para o domínio público, porquanto a jurisprudência era explícita. Por tudo isso, Sr. Vereador Miguel Bandeira - o grupo municipal solicitava os seus doutos esclarecimentos. Esclarecimentos que seriam perfeitamente evitáveis se o diretor municipal de Urbanismo, Ordenamento e Planeamento direcionasse a

atenção para os problemas que suscitavam a preocupação dos bracarenses, ao invés de se dedicar à delação generalizada (e injusta!) dos trabalhadores da autarquia. Porventura, achariam justo - Sr. Vereador ou o Sr. Diretor - que se generalizasse a ideia de que foram viciados os concursos públicos para a ocupação dos cargos de direção municipal? Achariam legítimo dizer-se que os vencedores dos concursos tiveram colinho político e foram escolhidos, não pelas suas competências, mas pelos seus préstimos político- partidários? Estavam certos que o Sr. Vereador, em tempo certo, saberia chamar o referido diretor à colação e prestar o devido pedido de desculpa perante todos os aqueles que viram o seu profissionalismo lançando na lama. Entretanto, no decurso da última Assembleia Municipal, o vereador Miguel Bandeira, talvez mal aconselhado pelo seu Diretor Municipal, acusou o vereador da CDU de ignorância e de falar do que não sabia. Soube-se, porém, que a obra corria sem licenças de construção e esteve prestes a ser embargada. Confirmava-se também que o parecer favorável dado ao Pedido de Informação Prévia, que veio permitir o licenciamento da operação à luz do PDM dois mil e um, estava condicionado à elaboração de um estudo global que integrasse as construções atuais da quinta das portas. Onde estava esse estudo? Foi realizado? Foi considerado antes do processo de licenciamento? Caso não se tivesse acautelado, tal facto implicava que o PIP fosse - inválido no seu entendimento - o que levava a que a obra estivesse a ser executada, não de acordo com o PDM dois mil e um, mas com o de dois mil e quinze que classificava o solo como espaço verde. Destarte, não só ficava em falta um pedido de desculpa à CDU, como aos bracarenses e aos cidadãos que foram àquele púlpito, como ficavam postas em causa as condições para o Sr. vereador Miguel Bandeira e o seu diretor municipal continuarem nos seus cargos, pesasse embora se soubesse que a continuação do vereador Miguel Bandeira se tornasse, cada vez mais, num

martírio. “Já só falta um ano Sr. Vereador, depois pode libertar-se”. Por fim, criam piamente que essas e outras dúvidas também podiam ser cabalmente esclarecidas pelo pretérito diretor do Departamento de Gestão Urbana que, nos poucos meses que esteve em funções na autarquia, participou na instrução do licenciamento de três unidades do Continente (Sonae) (Nova Arcada, Maximinos e rua vinte e cinco de Abril). Não obstante a Câmara Municipal de Braga tivesse perdido um quadro qualificado, não podiam deixar de lhe desejar felicidades no seu novo percurso no grupo SONAE. Nada que obstasse ao tempo novo que por cá se ia vivendo, já que o lugar vacante foi rapidamente preenchido por um competente militante do PSD/Maia. O mesmo tempo novo que garantia a não entrega de obras da AGERE aos próprios acionistas privados, não obstante, ainda recentemente, uma dessas empreitadas, no valor de vários milhões de euros, tivesse sido entregue à ABB (acionista da AGERE). Depois foi a vez da **Sr^a. Deputada da C.E.M., PAULA CRISTINA BARATA MONTEIRO DA COSTA NOGUEIRA** apresentar a sua **Declaração Política** que dizia:” Lê-se e não se acredita! Querem tomar outra vez de assalto o Picoto! O Monte cenário, mágico, a cortina verde onde repousamos os nossos olhos cansados de tanto betão, está outra vez em perigo”. Depois dos desvarios da década de oitenta, onde até uma pista de esqui foi alvitrada para ali, depois de um concurso de ideias que anunciava um hotel a ser erguido em terrenos que nem sequer estavam disponíveis, em dois mil e dez, começou o assalto ao Monte, com o anúncio de um Plano de Pormenor que entregava a meia encosta de baixo à especulação imobiliária e a outra metade a um parque de diversões que o geógrafo e dirigente da ASPA, Miguel Bandeira, qualificou como “Monte da Tralha”. Desde parque de estacionamento, a restaurante, um garden zoo, uma pista de patinagem, um campo de mini golfe, um jardim zen, um rocódromo, um centro comercial, um parque radical, uma vinha do

douro, havia de tudo. A anterior gestão, numa fúria expropriadora, lá se encançou com alguns proprietários – parecia que ainda havia processos pendentes em tribunal e a coisa ficou por ali. Com a nova gestão autárquica o Picoto passou a ser o cenário de excelência para o vereador Altino Bessa melhorar a sua forma física e, de caminho, aparecer nos jornais, e para uns meninos plantarem árvores, para compensar, quiçá, a falta delas e os cortes explicados de forma esfarrapada noutros locais da cidade. Estava o Picoto posto em sossego, tirando o chilrear dos passarinhos, quando o mesmo vereador da enxada resolvia anunciar que, afinal, o monte já não ia virar “Monte da Tralha”, mas sim Parque Aventura. Esta maioria tinha horror ao verde, tal como a outra também tinha, e achava que a tranquilidade, ou o usufruto da natureza era apenas exclusivo das mais recônditas das nossas aldeias. O líder da bancada do PSD, instado a falar do assunto na rádio, contorceu-se na cadeira e fez saber que o Programa Eleitoral não previa nenhum Parque Aventura e mais não disse. Mas a ideia foi reafirmada dias depois e, a concretizar-se, o que era um espaço, até agora, património de todos, arriscava-se a ser daqueles que pagavam bilhete. O que tinha a dizer sobre isso o agora vereador Miguel Bandeira, que em dois mil e dez, tecia duras críticas ao Plano de Pormenor do Monte do Picoto, defendendo o monte como um “espaço tranquilo e de fruição da natureza”. Com tantos sapos que tinha engolido, temiam que o senhor vereador, um dia destes ainda tivesse alguma indigestão!... Mas, ainda não refeitos do susto do que poderia vir aí com um Parque Aventura e eis que surgia das brumas dos anos oitenta, um empresário a dizer que queria um terreno que há quase trinta anos, o executivo aprovou, por unanimidade, dar-lhe a preço simbólico para construir um hotel. O assunto ainda haveria de fazer correr muita tinta, mas era sintomático ler nos jornais que o Presidente da Câmara tratou logo de afirmar – citado pelo Diário do Minho – que “o contrato existe e que a

Câmara não entregou os terrenos”. O que surpreendia em Ricardo Rio era a criatividade que colocava nas suas interpretações do que era, ou não era interesse público e de agir em conformidade. A permuta dos terrenos da Rodovia com o empresário Domingos Névoa serviu o interesse público? Em sua opinião não serviu, mas fez-se. A doação dos terrenos destinados a um parque urbano, para uma academia de alta competição, cujas obras começaram sem licença, perante a cumplicidade do executivo, serviu o interesse público? Em sua opinião não serviu, mas fez-se. A aprovação de um supermercado na Quinta das Portas, os trabalhos sem licença, o abate gratuito de árvores, o desrespeito pelos moradores da zona, como ali ficou bem patente, serviu o interesse público? Na sua opinião não serviu, mas o circo continuava a ser montado. Em contrapartida o mesmo Ricardo Rio considerava, e bem, que a parceria público-privado dos sintéticos e companhia não serviu o interesse público e estava a bater-se, e bem - duvidavam se o estava a fazer da melhor forma, mas isso era outra história – pelo resgate. Em contrapartida, o mesmo Ricardo Rio parecia estar a bater-se, e bem, por devolver a gestão dos parâmetros à esfera municipal. Estavam perante uma contradição insanável: parecia que as decisões não eram tomadas à luz de uma racionalidade que tinha como princípio a defesa do interesse público, mas à luz de quem as tomou. Ou seja, se foi Mesquita Machado que decidiu, aqui del Rei, foram erradas, aqui del Rei, que violaram o interesse público. Mas se as decisões foram tomadas por Ricardo Rio, não senhora, foram bem tomadas, mesmo que violassem o interesse público. No caso do Picoto a coisa era mais complexa, mas era lamentável ler-se o presidente dizer que o contrato existia. “Este grupo municipal foi consultar o processo, estudou e continuava a estudá-lo e não viu lá contrato nenhum”. Existia, na verdade, uma decisão administrativa, mas também uma série de instrumentos de planeamento que se sucederam, o que levantava dúvidas sobre

se a reivindicação do empresário era válida. Mas, antes de saber isso, havia outras perguntas que importava fazer? A primeira era: o que pensava a Câmara Municipal? Achava que era benéfico para a cidade ver ali um hotel construído? Do ponto de vista do interesse público, do ordenamento do território, fazia sentido ter ali um hotel? Como se articulava essa vontade do promotor com os atuais instrumentos de planeamento? À luz do atual PDM, o espaço previsto para o hotel, e não viram lá a planta, estava classificado como zona verde. Era para cumprir ou para acontecer como aconteceu na Quinta das Portas? A cidade comportava um equipamento daquela dimensão, quando a igreja e a misericórdia já anunciaram a criação de mais dois hotéis ainda há poucos meses – sem nenhuma discussão pública e com a destruição de um equipamento cultural, como era o caso do São Geraldo? E o empresário queria lá construir o hotel? E se não queria, para que queria o terreno? Para fazer uma permuta? E se era para fazer uma permuta, era para permutar o quê e para quê? Eram demasiadas perguntas que não podiam ser respondidas como quem já atirou a toalha ao chão e parecia resignado e entregar terrenos, sem estudar outras alternativas, outras possibilidades. Se a isso somassem um vereador resignado e que vinha abdicando das ideias que defendeu durante tantos anos e se ainda lhe juntassem um diretor de urbanismo que andava a controlar baldas no bar, em vez de fiscalizar as obras sem licença e de ajudar a pensar o melhor para a cidade, o resultado só podia ser mais uma machadada no interesse público. No interesse público, na sua significação mais nobre e não no sentido oportunista, que lhe conferia Ricardo Rio, quando lhe dava jeito. Passou-se à apresentação da **ORDEM DE TRABALHOS: PONTO NÚMERO UM – APROVAÇÃO DA ATA DO DÉCIMO PRIMEIRO MANDATO NÚMERO VINTE E UM BARRA DOIS MIL E DEZASSEIS, DE SETE DE OUTUBRO.** Submete-se à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do número dois, do

*artigo quinquagésimo sétimo, do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a ata do décimo primeiro Mandato, número vinte e um barra dois mil e dezasseis, referente à sessão ordinária de sete de outubro. Posta à votação foi a referida ata **aprovada por unanimidade.** PONTO NÚMERO DOIS – GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA PARA O ANO DE DOIS MIL E DEZASSETE E MAPA DE PESSOAL. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a), do número um, do artigo vigésimo quinto do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de trinta e um de outubro do ano em curso, relativa às Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal para o ano de dois mil e dezasseis, bem como o mapa de pessoal previsto no número três, do artigo vigésimo oitavo da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei número trinta e cinco barra dois mil e catorze, de vinte de junho, nos termos da alínea o), do número um do artigo vigésimo quinto do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, documentos que se dão por reproduzidos e transcritos e vão ser arquivados em pasta anexa ao livro de atas. Posto à discussão este ponto da ordem de trabalhos, começou por usar da palavra a **Sr^a. Deputada da C.D.U., BÁRBARA SECO DE BARROS**, para dizer que: “Vemo-nos confrontados, na avaliação das Grandes Opções do Plano e Orçamento desta Câmara Municipal e no seu Plano de Atividades para dois mil e dezasseis, com um trabalho exaustivo de tentar mascarar a realidade com um plano de intenções que muito promete, mas pouco executa - bem sabemos que esta expressão faz recordar a famosa cassete, mas não nos resta outra alternativa do que repetir, apenas porque se mantém, que continuamos confrontados com mais do mesmo”. À primeira vista, lendo o Plano*

de Atividades para dois mil e dezassete e as Grandes Opções do Plano, quase parecia que este era o primeiro ano de exercício desta maioria. Inscreveram-se medidas e medidas – muitas de irrefutável relevância – para ostentar um plano ambicioso, que abrangia todas as áreas da vida do município, no sentido de cumprir todos os objetivos a que a maioria PSD/CDS/PPM se tinha proposto antes de assumir funções. No entanto, de pouco valia começar a construir pelo telhado. Ou melhor, recordando que este não era, na verdade, o primeiro Orçamento desta maioria: de pouco valia continuar a investir na fachada, no que se via de fora, quando pouco havia a apresentar por dentro. Fazia-lhes lembrar o período em que o PCP tinha que exercer a sua atividade na clandestinidade, e em que nas casas clandestinas, para manter a aparência de normalidade e não levantar suspeitas – e porque os meios financeiros eram muitíssimo escassos – decorava-se convenientemente a entrada, que era o que se conseguia ver. Mas ao contrário do que acontecia nessa altura, por necessidade e segurança, o que acontecia nesta Câmara era por opção. Continuava a ser motivo de gáudio a gestão rigorosa e centrada na poupança desta Câmara Municipal, ao mesmo tempo que a falta de investimento próprio no município continuava a não refletir essa tão famosa poupança. Diriam que era até, surpreendente, que uma Câmara que conseguia ser tão rigorosa nas contas e conseguia poupar tanto, dependesse quase em absoluto de fundos comunitários para os investimentos que anunciava. A reabilitação do Parque de Exposições de Braga ou o Mercado Municipal eram disso exemplo. Grandes obras, anunciadas constantemente, mas que só se concretizavam devido a fundos comunitários. A requalificação do parque escolar sofria do mesmo. Aliás, não podiam deixar de denunciar os atrasos relativos, por exemplo, à escola de São Lázaro, cujas obras acabaram por ainda não começar, quando os alunos estavam desde setembro a ter aulas em contentores na André Soares. Dependem de

concursos a fundos comunitários significava sempre algum grau de incerteza, quanto mais não fosse pelos atrasos que pudessem causar, como neste exemplo se poderia ver. Não era demais, ainda, sublinhar que não podiam estar de acordo que, mais do que falar em prioridades estabelecidas que dependiam quase em exclusivo desses fundos, se desenhassem essas prioridades de acordo com os objetivos traçados pelo quadro Portugal vinte vinte – não que não pudessem estar de acordo com eles, mas porque diziam bem sobre a falta de capacidade de decisão e uma verdadeira estratégia por parte desta maioria. Sim, porque não era por se repetirem diversas vezes os quatro eixos de ação, noções um tanto ou quanto vazias e cujas medidas compreendidas nem sempre concretizavam de que forma poderiam contribuir para alcançar os objetivos finais, ou falar de criar uma marca para a cidade, que se podia considerar uma estratégia de peso. A isso poderia, antes, chamar-se de relações públicas, ou mesmo marketing. As mesmas relações públicas que, de forma muito inteligente, souberam definir os objetivos para os cem dias cuja prestação de contas estava agora disponível numa plataforma da maioria que sustentava o executivo municipal. Diriam decerto que cumpriram grande parte daquilo a que se propuseram. Diriam que o cálculo era matemático e que não deixava margem para dúvidas sobre o sucesso desta gestão municipal. Diriam, como se não houvesse espaço para críticas, dúvidas ou nenhum tipo de questionamento, que as próximas eleições estavam no papo. A título de curiosidade, deviam esclarecer que propor o “início do diagnóstico com vista ao Programa de Valorização Ambiental das Freguesias do Concelho” não poderia servir para dizer que estava em curso um programa de valorização ambiental das freguesias do concelho. Como dizer que o “lançamento de um procedimento de discussão pública em torno do Plano Diretor Municipal” não significava que essa revisão tivesse sido devida e amplamente participada ou tenha acautelado o

melhor possível para o município. Ou mesmo que dar como cumprida a “Revogação da deliberação de alargamento da zona de estacionamento pago à superfície na cidade de Braga”, não significava que os bracarenses não tivessem criado outras expectativas devido às tentativas de terminar a concessão do estacionamento pago à superfície, especialmente no que ao pagamento das multas da ESSE dizia respeito. Concluindo este raciocínio, muito do que se dizia que se fez, em jeito de aquecimento pré-eleitoral, não era tão matemático quanto faziam crer. Muito havia ainda a questionar, e a muito teriam ainda que responder, antes de serem lançados os foguetes da vitória, na tentativa de abafar as vozes dissonantes no município – atitude que bem sabiam o que fazia lembrar. A prosa daqueles documentos mascarava o município real: onde os bracarenses continuavam a reclamar da falta de limpeza nas ruas, sem que, em três anos, esta maioria se tivesse proposto a resolver o problema; do custo da água, sem que esta maioria tomasse nenhuma decisão relativamente à gestão da AGERE (lembravam o contrato de gestão delegada, que ainda devia andar pelas gavetas dos pareceres que nunca mais chegavam); do preço do passe dos transportes urbanos, cujo serviço estava longe de ter sofrido melhorias desde a criação de novas carreiras e reorganização de outras no primeiro ano de mandato – uma frota francamente envelhecida, problema que não foi, de todo, solucionado pelos autocarros ligeiramente menos velhinhos do que os da TUB que se adquiriram; avarias constantes; atrasos constantes; utentes apeados por toda a cidade; informação longe de ser em tempo real nos painéis eletrónicos; da falta de iluminação na cidade e nas freguesias – parecia que ainda não perceberam que os flashes das fotografias não iluminavam todos por igual; dos constrangimentos de trânsito em vários locais da cidade nas horas de ponta, problema longe de ser revolido e que, com o tempo, tendiam a agravar-se e não a melhorar por milagre, ou ainda de

questões de mobilidade e acessibilidades, entre outras queixas que se faziam ouvir por todo o lado, mas que recebiam desta maioria um sorriso rasgado nas capas dos jornais, a anunciar um sem número de outros programas e outros projetos que estavam longe de resolver qualquer um dos problemas mais imediatos que já cansavam os bracarenses. E era essa atitude que estava plasmada neste Plano e neste orçamento. O aumento de investimento previsto, de valor mais significativo, devia-se ao que já aqui referiram: fundos comunitários. Era bom saber que alguns dos projetos dependentes destes já foram aprovados, e que poderia o município contar com a respetiva verba, pesasse a opinião que tinham sobre o peso que essas tinham no orçamento global e na atividade da Câmara Municipal. Podiam, ainda, prever que grande parte das obras agora inscritas no PPI teriam uma taxa de execução muito baixa quando fosse hora de prestar contas, precisamente por dependerem de financiamento alheio. Em sentido inverso viam diminuir o valor de rendas pagas à SGEB, justificado com o processo de extinção desta famigerada parceria. Não poderiam deixar de considerar que essa decisão só revelava irresponsabilidade da parte dos que diziam ser tão rigorosos com as suas contas: a decisão da extinção ou não da parceria e os moldes em que esta poderia acontecer estava nas mãos dos parceiros privados do negócio. No limite, a extinção não ocorreria, e o valor das rendas que teriam de ser pagas em dois mil e dezassete não estariam sequer orçamentadas, enviesando assim o total das despesas municipais. De resto, já se conseguiam sentir as palpitações da campanha que se aproximava. Mais dinheiro para as freguesias, mais dinheiro para as empresas municipais, mais dinheiro para as festas e romarias... Não lhes parecia que as necessidades de umas e outras tivessem, neste ano, alterado substancialmente, o que os levava a concluir que o sentido de proximidade desta maioria fazia-se da mesma forma que no passado. Já ali uma vez o disseram: a noção de transparência

desta Câmara Municipal era muito peculiar. Transparente era admitir as falhas e reajustar a estratégia do município; transparente era dizer ao que se vinha, ao invés de dizer a todos o que todos queriam ouvir ou de dar a volta às palavras para que parecessem sempre ajustadas; transparente era não dar o dito por não dito como ali, naquela Assembleia, já aconteceu sobre processos deste ou daquele pelouro; transparente significava que não havia nada a omitir. E este orçamento omitia o que era essencial, para dar relevância ao que era adorno, apenas para esconder que não estava esta maioria a ser a mudança que prometeu, por mais voltas que conseguissem dar. Lamentavelmente consideravam que apenas importava trabalhar para as eleições, mostrar muito e fazer pouco; brilhar muito, mas iluminar muito pouco. “Perde-se com este orçamento, o último do mandato, a réstia de esperança que alguns ainda podiam ter quanto à mudança prometida pela coligação de direita. E, nós, cá estaremos, como sempre estivemos, a lembrar que as mudanças não se dão só pela alteração de protagonistas. A mudança dá-se quando as opções políticas se transformam nas vontades e necessidades da população. Estes documentos confirmam o pior dos cenários: nada mudou nas políticas estruturais, essas que podiam melhorar significativamente a qualidade de vida dos cidadãos. Não nos revemos destes documentos porque o nosso compromisso é precisamente esse – com os cidadãos, com uma vida melhor para todos, com a cidade e o concelho, com os seu desenvolvimento em harmonia com o interesse público, livre de amarras impostas por lobbies ou interesses de grupos que se acham donos e senhores. É tempo de por termo a isso e em dois mil e dezassete os bracarenses sabem que terão essa decisão nas suas mãos. Pela nossa parte, continuaremos a trilhar o caminho pela rutura a que nos propusemos nas eleições de dois mil e treze!”. Foi dada a palavra ao **Sr. Deputado da C.E.M., MANUEL CARLOS FERREIRA DA SILVA**, para destacar que, analisando as

Opções do Plano e Orçamento, a CEM considerava que se tratava de um documento que, sendo farto na enunciação de projetos e iniciativas em várias áreas, evidenciava, salvo em determinadas medidas (por exemplo, intervenções na Rua do Caires, na Avenida Júlio Fragata, no Nó de Infias ou na Praceta Sena de Freitas em sede de planeamento e urbanismo) e outras ainda dependentes de estudo de especialistas ou talvez sem meios para concretizar, falta de articulação e sistematização, verificando-se ausência de enquadramento estratégico que desse conteúdo às declaradas intenções. À falta de uma estratégia acrescia um outro problema, já presente nos anos passados e que se reproduzia para dois mil e dezassete: entre a enunciação e proclamação de múltiplos projetos e inúmeras iniciativas - algumas delas louváveis - e o orçamento destinado não havia correspondência devido à ausência de cabimentação financeira de certas propostas do Plano de Atividades. A pobreza de estratégia era mais manifesta nalgumas áreas que consideravam também nucleares de uma política pública municipal tais como as áreas sociais, culturais e educativas. Entre as Atividades Mais Relevantes (AMR) enumeradas nas Grandes Opções do Plano e Orçamento, não obstante o esforço de combinar a relevância orçamental e o desenvolvimento municipal, havia prioridades que eram discutíveis nomeadamente nos contratos-programa com as empresas municipais: por exemplo, o triplo de verba para a Agere em relação à Bragahabit (três milhões versus um milhão). De modo ainda mais acentuado que em dois mil e quinze e dois mil e dezasseis o Plano para dois mil e dezassete, que pretendia dar continuidade à alegada nova visão estratégica desde dois mil e catorze, acabava por prosseguir com maior veemência um extenso somatório de ideias e iniciativas desgarradas mas perpassadas de uma fraseologia retórica oca e vaga alegadamente em favor do desenvolvimento do território, da qualidade de vida e bem-estar das populações, da sustentabilidade ambiental e da

coesão social, da mobilidade urbana, da dinamização económica, da captação de investimento e da criação de emprego, enfim, de um desenvolvimento "integrado", "sustentável" e "harmonioso" de Braga. De resto, a pretensa estratégia dos quatro eixos de desenvolvimento, cujo modelo neoliberal se pressupunha com base na ideologia do empreendedorismo, mas não se explicitava, não passavam de quatro slogans de marketing e 'desejos' (whishfull thinking): uma mirífica cidade- modelo e um município de bem-viver, um concelho de marca para visitar, um território para investir e uma cidade a caminho dos Top Ten da centralidade ibérica. Por outro lado, sobre a questão ambiental, em dois mil e dezassete ainda não era detetável a alegada viragem de dois mil e catorze, salvo os discursos inflacionados sobre o ambiente, o verde (talvez fosse mais acertado propagandear o vinho verde do que o verde ambiental em Braga!). Não só não acolheram reivindicações de populações sobre situações e focos de poluição em vários locais do município, como muito pouco tinha sido feito na revitalização do Rio Este e sobre as Sete Fontes apenas se adiou para as calendas o idealizado Eco parque. Mais, tendo tido a oportunidade de salvar o Parque Norte, o executivo preferiu entregá-lo de borla à Academia/SAD do Sporting de Braga. Contrariamente a inúmeras cidades no estrangeiro e em Portugal, não havia em Braga parques e espaços verdes dignos desse nome, não passando as iniciativas ambientais elencadas, na maior parte, ou de declarações de intenção ou de parcerias menores com outras instituições. E, se ainda restava algum pudor na preservação das ditas 'montanhas sagradas' da Falperra, Bom Jesus e Sameiro, talvez o fossem não por serem montanhas, mas por serem 'montanhas sagradas' . “Valha-nos pelo menos este arranjo benigno entre a Câmara e o Arcebispado!”. Os slogans, os roadshows em torno da dinamização económica e do empreendedorismo da InvestBraga, vindos já desde dois mil e treze, mantinham-se agora sob o alegado 'Impulso

Empreendedor' de dinamização de ideias, desenvolvimento de projetos e planos de negócio, mas de facto só agora e apenas no último ano de mandato se anunciava o início de intervenção no Parque de Exposições, no Mercado Municipal e no Parque Industrial de Sobreposta, Centros Escolares e Mobilidade Urbana. “Sobre o Turismo, apesar do aumento deste por razões externas, em vez de pugnarmos por uma estratégia articulada mas autónoma de uma rota de turismo a nível do Baixo e Alto Minho, ficamos totalmente subalternizados ao Porto sob a Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte ou a Associação de Turismo do Porto e Norte. Os turistas vêm visitar Braga numa tarde ou quando muito num dia e noite, mas não os atraímos à permanência através de um roteiro turístico de Braga e da região minhota em termos de alojamento, gastronomia, paisagem, património, mobilidade e transporte: para quando um plano de metro de superfície no quadrilátero minhoto do distrito sem deixar de incluir posteriormente Viana do Castelo, o que, para além de estimulante para os turistas, serviria já agora e sobretudo os residentes na região do Minho? No que concernia a promoção e dinamização cultural saltava à vista o enorme défice na cultura. O executivo e sobretudo a sua Vereadora da Cultura pareciam entender por cultura a dimensão de entretenimento que, embora importante, tinha mais a função de distrair, quando não alienar, em vez de promover a cultura. Bastava comparar os vinte e oito mil euros para o Mimarte e quarenta e cinco mil para a Feira do Livro com os faustosos trezentos mil euros para a Noite Branca, cento e oitenta mil para a Braga Romana, sessenta mil para a Braga Barroca e centenas de milhares para aquisição de serviços em festas e festinhas, que, se bem que legítimas, mais não eram do que momentos passageiros e vistosos, enquanto componente atual do antigo circo oferecido ao povo, mas dispendiosos e que não acrescentavam valor cultural à população e à sua cidade histórica. No capítulo do Desporto, Recreio e

Lazer relevou noventa por cento da despesa no valor de sete milhões de euros que, a par de um milhão e cem mil euros para contratos-programa de desenvolvimento do desporto, eram despesa por via do legado pesado do passado com o encargo da renda de cinco milhões e novecentos mil euros, devendo, porém, ser saudada a estratégia de reduzir esse encargo através do recurso ao crédito bancário de cinquenta milhões de euros. Por fim, importava referir as transferências de delegações de competências que cada ano tinham vindo a aumentar: desde os quatro milhões em dois mil e quinze, para os seis milhões em dois mil e dezasseis e agora sete milhões em dois mil e dezassete, acrescidos de outras transferências de dois milhões novecentos e sessenta e quatro euros no mapa das Atividades mais Relevantes (AMR) e, por fim, mais dois milhões extra em sede de Orçamento, perfazendo doze milhões vírgula trinta e seis mil euros. Para quê se destinavam esses milhões? Para quando se previa a assunção de um orçamento anual a todas as freguesias, evitando pedidos de subsídios “ad hoc” por parte de autarcas com o chapéu na mão, deixando em aberto um campo clientelar de atribuições discricionárias de subsídios e delegações de competências (por exemplo, requalificação de escolas e sedes de juntas de freguesia) como forma de manter adjudicações a empresas "amigas"? Como se compatibilizava a proclamação retórica de 'promoção da cidadania' ativa dos cidadãos presente nas páginas dezoito e seguintes com práticas indutoras da reprodução de esquemas clientelares a fim de obter dos cidadãos o apoio político ou até a conversão de autarcas ao poder camarário? Não seria a promoção de programas tais como 'Nós propomos', "Tu decides" apenas simples fogos de vista? Como compatibilizar o Projeto de Igualdade e Cidadania com a ausência de um Programa de Mediação Familiar ou como sustentar a retórica da igualdade de cidadania étnica e até programas de redução da pobreza, da exclusão social e desemprego numa dimensão dita

imaterial (ou etérea?) intitulado "Abordagens integradas para a inclusão" nas ditas "Comunidades Desfavorecidas" (páginas vinte e um, cinquenta e sete) com a manutenção de bairros sociais de exclusão ou mesmo de um bairro segregado e guetizado de famílias ciganas como o do Picoto? Na esfera da Educação, apesar de Braga integrar a rede das Cidades Educadoras, continuava a não ter Projeto Educativo a nível municipal! Isto, passados três anos de um protocolo com a Universidade Lusíada, e menosprezando as competências de especialistas nas Universidades Católica e, sobretudo, na Universidade do Minho, só agora no último ano de mandato se anunciava a discussão sobre a proposta de revisão da Carta Educativa e proposta de um Plano Educativo Municipal, como se a Educação não fosse um desígnio nacional. O executivo pretendia suprir a ausência de qualquer plano sistematizado e ação dos diversos agentes por uma panóplia de ações avulsas, incoerentes e sem articulação - muitas delas fruto da imaginação dos proponentes ("Projeto Pimpolho", "A minha Escola é mais Eficiente", "Escola de Pais") - pela difusão da ideologia da igualdade de oportunidades mas sem pôr em causa os fatores estranguladores de uma gestão democrática das escolas e do real sucesso dos alunos. Por exemplo, o Plano de Atividades falava de Braga cidade amiga das Crianças, mas alguma vez o Senhor Presidente e Vereadores da Educação e Cultura visitaram Pontevedra para se informarem e seguir-lhes o exemplo? Porque não intervir em áreas que estavam ao alcance da Câmara como a educação de adultos, ausente no Plano? "Das proclamações e intenções à prática vai uma grande distância e flagrante em matéria de educação e cultura. Será que cumprimos os requisitos de uma Cidade Educadora? Por que razão se aumentou o investimento nas festas e reduziu o orçamento para a cultura? No capítulo das Políticas Sociais, o Executivo Camarário apela retoricamente à coesão social e territorial e assume as Políticas Sociais como vetor estratégico

para proteger as camadas mais vulneráveis (classes desfavorecidas, idosos, jovens, migrantes), mas não enxerga que é justamente o modelo neoliberal que advoga no desenvolvimento e na dinamização económica que provoca as situações de exclusão que pretende remediar pela via assistencialista com o alegado plano de desenvolvimento social (PDS) - conceito vazio - mas que tenta preencher com a paternalista capacitação para a ação e pela patética aposta na inovação e no empreendedorismo social - dois chavões estéreis e ideológicos! Não basta que o sistema e modelo de sociedade defendido por este executivo camarário e que coproduz pobres, ainda estes tenham que ser empreendedores sociais da inovação social fora do sector público (programa URBACT - Boosting Social Innovation)! Os inúmeros programas e projetos parcelares, públicos e privados, alguns justificáveis, outros, em articulação com IPSS e entidades parassociais e paraeclesiásticas, para reter e reproduzir a dependência clientelar de cidadãos mais desprovidos ou vulneráveis (o caritativo Banco Solidário de Braga, o banco local de voluntariado, o 'Bocca Senior Braga ou Balcão Senior, BragaActiva, o "Braga a sorrir", o 'nosso enxoval' como alegado incentivo a natalidade, 'Oficinas Sociais', "Braga, dá-te asas"). Não lhes parece que, em vez de alguns destes programas parcelares e remendos desgarrados, mais importante seria que os Partidos que compõem esta maioria do executivo apoiassem em sede da Assembleia da República propostas de recuperação de rendimentos e pensões e outras medidas favoráveis aos mais pobres e excluídos, aos precários, aos desempregados e até o aumento de salário mínimo? A maior parte destas medidas têm apenas um objetivo: manter as pessoas dependentes e, em troca da prestação da ajuda ou do favor - um velho tema que tratei em sede de tese de doutoramento Resistir e Adaptar-se sobre as práticas do PSD em Barcelos quando eram poder - sacar-lhes o votinho nas eleições". Dadas as circunstâncias, não se justificava

tanta publicidade, marketing e alarido propagandístico quando, para além de uma simples gestão corrente, se tratava de reapropriação de parcerias com entidades económicas (Investbraga Associação Industrial do Minho, Associação Comercial de Braga), autárquicas, parassociais e mediáticas (Juntas de Freguesia, Fundações, Cineclubes, Rádios, Jornais locais) e paraeclesiásticas (Misericórdias, Cabido da Sé). Ou seja, constatava-se, de facto, uma correlação inversamente proporcional entre retórica política de propósitos e voluntarismos e a escassez ou até ausência de meios financeiros para inúmeras matérias, designadamente sociais: quanto mais retórica tanto menos verbas para funções nucleares de gestão autárquica. “Neste contexto, as festas e festinhas são como que uma cereja no cimo do bolo para a coligação, uma vez que proporcionam à população menos informada a ilusão de que a cidade se transformou numa cidade modelo. Nos restantes dias do ano continuamos a não ter Parques Urbanos, Teatro Romano recuperado, uma Feira do Livro de referência, sinalética histórica que oriente os turistas, etc. Mas temos um rio Este com poluição, edificado histórico demolido, uma cidade suja e lixo na rua! Pelas razões apontadas, a CEM manifesta a sua intenção de voto contra as Opções de Plano e Orçamento”. A palavra foi dada ao **Sr. Deputado do P.S., PEDRO MIGUEL PEREIRA DE SOUSA**, para, inicialmente exprimir as suas profundas condolências pelo falecimento do pai da Senhora Presidente da Assembleia Municipal. Sugeriu também que, de futuro e quando alguma sessão da Assembleia se realizasse naquele local, se providenciasse a colocação de um púlpito, para facilitar a orientação dos trabalhos e dos intervenientes. Passou, depois, a fazer a abordagem ao tema ora em discussão, tendo, para o efeito, realçado que o PS ia ali em consonância com aquilo que fez na Câmara Municipal, manifestar as razões pelas quais entendeu votar contra o Orçamento da Câmara Municipal. E fê-lo de uma forma

esclarecida, ponderada, amadurecida, porque entendia, de uma forma muito clara, que este orçamento não correspondia à dimensão, à visão progressista, à visão cosmopolita, que o Município de Braga merecia. Entendiam que assentava numa visão deturpada, numa opção por prioridades políticas erróneas, erradas naquilo que eram as principais linhas de orientação municipal. Entendiam que não respondia, de todo, àquelas que eram as principais preocupações e aquelas que eram as principais necessidades do concelho. E não podiam, também, naturalmente, até porque trataria de o demonstrar nos próximos minutos, o forte pendor eleitoralista daquele orçamento. E sobre isso não poderia deixar de recordar palavras do Senhor Presidente da Câmara. Quão diferente era fazer a análise do que era Ricardo Rio, enquanto líder da oposição e daquilo que era hoje, Ricardo Rio, Presidente da Câmara Municipal. Recordava-se de por inúmeras vezes ouvir Ricardo Rio, líder da oposição, dizer que não diria, na sua gestão, que não haveria nem intervenções, nem obras, nem decisões, que fossem motivadas ou que fossem planeadas em função da proximidade do julgamento que se fazia de quatro em quatro anos nas urnas. Era um discurso arejado, fresco, que passou bem, criticando a política que chamava de “chapéu na mão”. Pois bem, ao Dr. Ricardo Rio, queria dizer-lhe que se aquele orçamento não teve na sua definição, o horizonte e a preocupação de fazer com que algumas intervenções batessem com o calendário eleitoral, isso, perdoassem-no, parecia claramente ter acontecido. Mas, queria o PS ali dizer que, também, enquanto líder da oposição, Ricardo Rio disse vezes sem conta, que um conjunto de problemas seriam resolvidos, caso fosse eleito, e as eleições serviam para se disputarem e para se ganharem e fê-lo no afã de captar os votos dos mais incautos, dos menos esclarecidos, pondo a tónica de que resolveria de uma penada, sendo Presidente da Câmara, como se ser Presidente da Câmara significasse um poder de tal forma absoluto que tudo

pudesse resolver de forma fácil e como que acompanhado de artes mágicas. Recordava-se da problemática dos parquímetros, disse que resolveria de uma penada. Estava em sede judicial, bem sabia, mas continuava por resolver. As Sete Fontes, que tantas vezes, naquela Assembleia, ouviu o Deputado João Granja falar disso. E quando o PS falava de que havia complexidades, que foram também da responsabilidade da gestão do PS, mas que era preciso saber interpretar no seu tempo, na forma como o concelho se desenvolveu, com o ritmo de desenvolvimento que teve, com a explosão imobiliária que teve, em determinados anos, com instrumentos de planeamento muito pouco estruturados, com o primeiro PPM que era de mil novecentos e noventa e quatro, com todas essas condicionantes. Mas ouviram repetir várias vezes que a questão do parque das Sete Fontes era algo para resolver, também, de uma penada e com rapidez. Bateu contra a parede dura da realidade e essa parede dura da realidade foi alertada muitas vezes pelo PS, de que governar não era algo fácil, era algo complexo e era algo que separava de forma muito clara entre o que se dizia em campanha e aquilo que se conseguia fazer na governação. E, portanto, sobre os parquímetros, as Sete Fontes, a requalificação ambiental e urbana das margens do rio Cávado, a fábrica Confiança, o Mercado Municipal que estava agora, em dois mil e dezassete, lá estava o eleitoralismo, ou não, se calhar foi apenas sorte, quiçá. Mas falar sobre aquele orçamento, era também falar de números. E quando há pouco dizia que havia um contexto de eleitoralismo, ele estava patente no aumento ao nível do investimento em nove milhões de euros. Em mais um milhão de euros em transferências para as freguesias, que saudavam, que só pecava por tardio. Na rubrica para obras, mais onze milhões de euros. Mas essa visão e essa resposta, tendo como horizonte claro dois mil e dezassete e novo julgamento eleitoral, não batia, por exemplo, com o facto de, para dois mil e dezassete, haver, ao nível de

despesas de investimento, apenas meio milhão de euros, para cultura. Tantas vezes ouviram o Sr. Presidente da Câmara, na altura, com a capa de líder da oposição, criticar o pensamento e o edifício cultural do Município de Braga liderado pelo PS. Pois bem, o facto de hoje terem também, naquele Plano e Orçamento, aquele tipo de opção e de dotação orçamental, deixava bem clara a pobreza e a visão acabrunhada, cinzenta e triste que o PSD, CDS e PPM, a Coligação, na sua identidade tinha para o concelho. Mas havia mais, ao nível de outra área também, que se lembrava, muitas vezes, de ali ser atacada, que era uma área da maior importância, a proteção civil. Lembrava-se bem, naquela sala, de terem uma Assembleia Municipal que ficou célebre sobre a questão da proteção civil. Este ano tinha havido um episódio que alguns amigos que eram profissionais da proteção civil bombeiros, alguns deles municipais, transmitiram e que ganhou algum eco público, quando da tentativa de combate a um incêndio em julho ou agosto, houve três ou quatro veículos de combate de incêndios que não chegaram ao seu destino porque avariaram, sendo preciso fazer um pedido ao serviço distrital de proteção civil, o que demonstrava que havia muito a fazer naquela área, somando a isso as trapalhadas conhecidas do quartel. Mas no contexto daquilo que era a nossa segurança, área matricial da construção de uma sociedade que se queria plena, estruturada, onde fosse possível viver e conviver de forma sadia, tinha aquele orçamento ao nível de despesas de investimento, apenas setenta e cinco mil euros, que era menos do que aquilo que o Sr. Presidente da Câmara gastou na decoração faustosa e luxuosa do seu gabinete presidencial. Mas queria dizer mais algumas coisas, reforçando a nota eleitoralista daquele orçamento e o porquê do PS não se rever naquela visão. Para dois mil e dezassete, e há pouco dizia que havia um conjunto de coisas e um conjunto de situações e de opções e de projetos que se não eram eleitoralismo, poderiam fazer os Deputados

de todos os partidos, as Presidentes de Junta, as Freguesias, o Concelho, os Bracarenses, perguntarem se eram ou não. E tinham, por exemplo, a intervenção no PEB, que, naturalmente, se saudava, mas que ocorreria em dois mil e dezassete. O Mercado Municipal, que curiosidade, ou não, se faria, também, em dois mil e dezassete. O novo estudo para a ligação da rua D. Pedro Quinto à Universidade do Minho, também em dois mil e dezassete. E pasmassem-se, como se já não bastasse terem passado de uma “Noite Branca” que era de dois dias para três dias, passaram de uma “Noite Branca” que tinha um orçamento X e, agora, tinha um orçamento XXX, vezes três, também em dois mil e dezassete. A fechar, dizer que o PS, reforçando mais uma vez, não poderia nunca votar a favor daquele Plano de Atividades e Orçamento, porque tinha muitas coisas que tinham a ver com a avaliação política que faziam da gestão municipal, na qual não se reviam e que eram, naturalmente, repercutidas na visão que aquele Executivo defendia para o município. Falando de algumas, falar de toda a trapalhada e todo o contexto nebuloso da Quinta das Portas, dizia muito bem da forma como aqueles assuntos tinham sido tratados. A forma como estava descuidada e maltratada, em muitos casos, a viação rural, que foi, durante muitos anos, um património e uma referência deste concelho. Os jardins. A iluminação pública quer no centro da cidade, quer nas freguesias, que não sendo diretamente uma atribuição e uma competência da Câmara Municipal, era uma competência conquanto lhe competia zelar por tal tipo de situações e pela forma como elas eram acompanhadas e resolvidas. E, a fechar, duas pequenas notas. Uma sobre a Investbraga, que era anunciada, diariamente, com grandes parangonas, com grandes números de comunicação, mas que até hoje, ao fim de três anos, não se lhe reconhecia real resultado. Aliás, os indicadores económicos do concelho, e dizia isso com pesar, vinha vincando nos últimos anos, ainda que estes indicadores reportassem desde

de dois mil e doze, ou seja, não correspondiam, para serem sérios, apenas ao mandato desta maioria, mas demonstravam que havia muito a fazer ao nível da dinamização económica. Mas havia também muito a fazer a nível da prestação de contas. E, sobre a Investbraga, podia dar ali um exemplo, até de uma Câmara próxima, governada e presidida por um Presidente da Câmara do PSD, da cor daquela maioria, que tinha um projeto chamado “Famalicão made in” e que há dias fez um balanço onde ficaram vertidos mil milhões de investimento no território e mais de mil empregos criados. Que bom que seria que estivessem ali a falar de uma Investbraga, que gerou mil milhões de investimento para o concelho e mais de mil empregos criados. Infelizmente, não estavam. Estavam a falar de fogos-fátuos, de pirotecnia mediática e de pouco mais de nada do que de nada de nada. Mas ainda sobre essa questão, falar, também, ao nível do concelho e do investimento, de uma questão particular, do Parque Industrial de Padim da Graça. Um parque onde estavam instaladas muitas empresas, que tinham, hoje, um contexto, nos seus acessos, absolutamente lamentável, terceiro mundista, parecendo que se travou lá alguma guerra com armas de destruição de poder bem vincado. Era uma questão que continuava por resolver, onde estavam implantadas muitas empresas, onde estavam muitos postos de trabalho e, pelo que se ia sabendo, a Câmara em vez de pensar em dotar aquele parque com redes viárias, dignas de um parque industrial, com todas as condições para a circulação dos veículos pesados que suportavam a atividade daquelas empresas, ia circulando a ideia de que queria ali fazer uma intervenção remendada de colocar paralelo para remendar o estado lastimável em que se encontrava. Dizer ao Sr. Presidente da Câmara que era um militante e dirigente do PS orgulhoso da história do PS. Mas não só da história do PS no país. Orgulhoso, também, da história do PS em Braga. Sabendo que, naturalmente, ao longo de trinta e sete anos, foram cometidos erros, mas que no deve e no haver,

*aquela que era a cidade que cresceu o dobro das cidades portuguesas, de acordo com os censos de dois mil e onze, e aquela que era uma das melhores cidades da europa para viver, comparada com algumas cidades da europa nórdica e dos países nórdicos, o que teria sido de tão mau assim, que não fizesse a eles socialistas ter orgulho no concelho. Dizer ao Sr. Presidente da Câmara que a atitude e a decisão sustentada num suposto dissenso social, que a atribuição de uma medalha de mérito, no dia da cidade, ao Engenheiro Mesquita Machado, iria provocar uma cisão na população. Dizer-lhe que era, mais uma vez, profundamente reveladora de uma mesquinhez e de uma visão muito triste deste concelho. Gostasse-se, ou não, Mesquita Machado tinha o seu lugar no concelho de Braga, da região. Houve coisas boas, houve coisas más. Mas, esse lugar, ninguém lho tirava. E dizer que havia um grande dissenso, um dissenso que só podia ser lido, porque não foi feita nenhuma sondagem, não era conhecido nenhum estudo que o dissesse, que apenas podia ser lido, por aquilo que iam sendo os comentários e as redes sociais, dizer que era duma pobreza franciscana, porque para contrariar o julgamento das redes sociais, Mesquita Machado tinha, nada mais, nada menos, que dez vitórias eleitorais. Interveio de seguida o **Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., CARLOS ALBERTO SOUSA DUARTE NEVES**, para começar por dizer que estavam perante um orçamento que cresceu, um orçamento que cresceu dois vírgula cinco milhões de euros, relativamente a dois mil e dezasseis. Estavam perante um orçamento que reforçava a poupança. Estavam com poupança corrente de vinte e dois milhões de euros, aquilo que era a diferença entre a receita corrente e a despesa corrente, estava cifrada em vinte dois milhões de euros, o que era, particularmente, significativo, porque a despesa corrente diminuiu dois vírgula dois milhões de euros e, portanto, havia um incremento muito significativo, em termos percentuais, na eficiência. Estavam, também, perante um aumento de*

investimento de quatro vírgula sete milhões de euros, que alavancava um investimento global na casa dos trinta e sete milhões de euros. Portanto estavam perante um orçamento ambicioso e não havia mal nenhum ter ambição todos os anos dos mandatos. Se por sinal eles incomodavam a oposição, porque faziam coincidir com um ciclo eleitoral, a maior parte da responsabilidade nem sequer dependia deste Executivo, porque como muito bem sabiam, uma boa parte do investimento não foi executado em dois mil e dezasseis, porque como sabiam, também, essa contrapartida dos fundos europeus, em dois mil e dezasseis não esteve disponível e, portanto o investimento iria ser feito, precisamente, no momento em que esse mesmo apoio iria estar disponível. Aprazia-lhes registar que aquele orçamento estava assente num conjunto de linhas diretrizes e num conjunto de premissas, que faziam do rigor na execução da despesa o primeiro dessas mesmas diretrizes. A racionalização das despesas, porque, efetivamente, a despesa corrente baixava significativamente. Tinham um Plano Estratégico de Investimento, que esperavam, desta, vez conseguir concretizá-lo, porque ele era efetivamente determinante para a melhoria da qualidade de vida dos Bracarenses e para a melhoria da qualidade de muitos serviços públicos, que importava prestar aos cidadãos. Encontravam, também, naquele orçamento, um fator positivo, designadamente, na melhoria da capacidade de gestão do Executivo e da modernização administrativa. Era recorrente falarem de algumas dificuldades que a Câmara Municipal de Braga e os seus serviços tinham no diálogo com o cidadão, na prestação desses mesmos serviços ao cidadão. E ficava o sinal de registo e de apreço que esse vetor foi tido em conta. E depois havia ali um aspeto muito importante numa das linhas diretrizes daquele mesmo orçamento, que colocavam e continuavam a colocar a promoção de Braga e a valorização de Braga num contexto regional e internacional, como uma das grandes prioridades.

Ouvidas as intervenções de alguns dos Grupos Municipais da oposição, ficaram preocupados, porque eles todos achavam, que a dinamização económica era má. Ouvidas essas intervenções, era muito isso que resultava. Contudo, importava dizer que sem atração de investimento e sem dinamização económica, não se gerava emprego de forma sustentável. Ora, se não fossem capazes de gerar emprego de forma sustentável, e notasse-se, não era a Câmara que gerava empregos de forma sustentável, eram as empresas e as entidades da sociedade civil, tanto do lado empresarial, como do lado social ou outro. E, portanto, a Câmara Municipal, tinha que ser o elemento facilitador de que esse processo de captação e de atração de investimento fosse efetivo. E aquele orçamento prestava, também, um importante contributo nessa perspetiva. Importava dizer que do ponto de vista da estrutura da despesa houve o cuidado em torná-la mais equilibrada. Duma despesa que estava em sessenta e sete por cento, despesa corrente, assente na despesa corrente, portanto, no global da despesa, no anterior orçamento, sessenta e sete por cento era despesa corrente, despesa que estava no primeiro dia do ano comprometida, esse valor baixou para sessenta e quatro por cento, significando um cuidado particular na gestão e na racionalização. E, por outro lado, despesa de capital, aquela que estava associada a investimento, teve um incremento, passou de trinta e três por cento, para trinta e seis por cento, o que era positivo e mostrava bem a opção estratégica do Município relativamente ao investimento. E esse investimento tinha duas grandes dimensões, que importava destacar. A primeira, desde logo, de que havia um compromisso e havia uma maior aposta na relação com as freguesias. O investimento nas freguesias subiu um milhão de euros, passava de seis para sete milhões de euros, naquilo que eram os contratos de competência delegada para as freguesias, ao nível do investimento e isso era particularmente relevante na lógica de parceria que o Executivo tinha

procurado estabelecer. Por outro lado, efetivamente, a aposta no investimento económico na dinamização desse mesmo investimento, mas, também, no investimento social, era um fator relevante daquele orçamento. Olhando para o orçamento e sobretudo para as Grandes Opções do Plano, percebia-se que aquilo que há pouco foi dito, de que aquele orçamento estava essencialmente orientado à dinamização económica, não era verdade. A página quarenta e seis do documento das Grandes Opções do Plano e Orçamento dizia de forma inequívoca que as funções sociais ocupavam sessenta por cento dessas mesmas opções, num orçamento num valor global de cinquenta e sete por cento, que estavam refletidas ali as opções que o Executivo podia fazer para além daquelas que já tinha comprometidas no primeiro dia do ano. Portanto, sessenta por cento das Grandes Opções do Plano e Orçamento estavam alocadas a funções sociais, designadamente educação, segurança e ação social, habitação, serviços culturais e recreativos. No investimento, destacaram a requalificação do Parque de Exposições de Braga, que obviamente que o Executivo gostaria de a ter feito mais cedo, mas só agora, os fundos do “Portugal vinte vinte” e em particular do Programa Operacional Norte, estavam disponíveis, que permitiriam, também, a requalificação do Mercado Municipal, mas também a requalificação do parque escolar, nos centros escolares de São Lázaro, Merelim São Pedro, Gualtar e Esporões. A reabilitação do eixo desportivo da Rodovia com um conjunto de equipamentos e de infraestruturas, que iriam ser objeto de intervenção, e, portanto, melhoria de qualidade inequívoca do bem-estar dos cidadãos em Braga e para todos aqueles que usufruíam daquele equipamento. Ao nível do desporto importava destacar a requalificação do pavilhão Flávio Sá Leite, uma ambição de longa data e que acreditavam e o Executivo a isso se comprometia a executá-la no próximo ano. Uma aspiração antiga, que era ter uma Pousada da Juventude em condições e

digna para acolher os jovens e todos os jovens nacionais e internacionais, que vinham a Braga e faziam desse tipo de alojamento a forma mais interessante e mais inteligente, muitas das vezes, de ter um relacionamento com a dimensão urbana e com a dimensão da cidade. A ciclovía urbana de Braga numa lógica de intervenção ao nível dos modos suaves e daquilo que era a mobilidade urbana sustentável. E, também, a esse nível e nesse âmbito, projetos de mobilidade pedonal, que iriam devolver a cidade, cada vez mais, aos cidadãos. Desse destaque e das Grandes Opções do Plano e Orçamento para dois mil e dezassete importava, efetivamente, destacar o reforço da solidariedade e da parceria como pilares determinantes para a atuação que o Executivo pretendia ter, fosse com as Câmaras, fosse com as freguesias, com as associações da sociedade civil, empresariais ou coletividades do nosso concelho. Mas havia ainda alguns pormenores que podiam fazer toda a diferença, designadamente, a forma como existia sensibilidade fiscal. O IMI tinha uma discriminação positiva de dez por cento para as famílias numerosas e tinha uma discriminação positiva de vinte por cento, quando esses prédios eram sujeitos a reabilitação, para efeitos de arrendamento. Portanto, isso significava uma atenção particular áquilo que era a sustentabilidade não só demográfica de ajudar o orçamento familiar, mas, também, daquelas pessoas que estavam preocupadas em reabilitar para arrendar. Mas essa sensibilidade fiscal estava, também, ao nível da derrama, porque mais uma vez, as empresas com resultado positivo e lucro tributável abaixo de cento e cinquenta mil euros estavam isentas de derrama e isso era um aspeto positivo de benefício para quem investia, para quem arriscava e para quem criava emprego e, já agora, porque não, também gerava rendimentos que podiam se sempre mais tributáveis e por opção do Município, assim não eram. Do Plano de Atividades que tinha os quatro eixos de tornar Braga uma cidade e um concelho melhor para

visitar, para viver, para investir e tornar Braga uma cidade relevante naquilo que era a dimensão da Península Ibérica. Importava destacar no âmbito da atividade económica e no âmbito da dinamização dessa mesma atividade, que era através de entidades como a Investbraga, não só, mas também, que se promovia muito o concelho no exterior e esse tipo de promoção, que era essencialmente um elemento de facilitação, não era um elemento de geração de emprego ou de geração de negócio, permitia sinalizar Braga e permitia colocar Braga no radar para atrair novos investimentos. Dava só um exemplo que era paradigmático. O projeto Bosch era o projeto maior de cooperação entre uma empresa e uma universidade, em particular, a Universidade do Minho. Era um projeto de cooperação de mais de cinquenta milhões de euros, que alavancava o investimento global que a Bosch iria fazer na casa dos cento e quarenta e dois milhões de euros. Se cento e quarenta e dois milhões de euros não eram bons para Braga, para os Bracarenses e para todos aqueles que estavam no concelho de Braga, não sabia o que seria bom. Muito desse dinheiro iria permitir não só pagar às pessoas que iriam trabalhar naquele projeto, mas muito desse dinheiro iria ser devolvido à comunidade, nos restaurantes, nos hotéis, nos supermercados e muitos dos serviços e a muitos que a atividade empresarial prestava. Braga ficaria, cento e quarenta milhões de euros, pelo menos, mais rica com o projeto que a Bosch iria desenvolver. Mas a própria Investbraga anunciou este ano o projeto “Mais indústria”. Não era a empresa que iria fazer esse investimento, mas um investimento de quase quinhentos milhões de euros e de criação de mais de trezentos e cinquenta postos de trabalho. Não era a Investbraga que iria criar esses postos de trabalho, nem fazer esse investimento, mas era o elemento facilitador, era o elemento que estava ao lado das empresas a tornar os parques industriais com melhores acessos, como era o caso do parque de Sobreposta, e não tinha dúvida que o parque de Padim da Graça mereceria

atenção especial mais que não fosse ao nível dos acessos. Já lá tinha passado e não estavam, de facto, em condições favoráveis, mas, seguramente, que o parque de Padim da Graça, como outros parques industriais, continuariam a merecer cuidados do Executivo para precisamente alavancar e ajudar a que aquele investimento que já estava pelo menos registado, aqueles mais de quinhentos milhões de euros e cerca de trezentos e cinquenta postos de trabalho, com as empresas, seriam, também, um grande benefício e destacava o excelente trabalho que e Investbraga e a equipa municipal tinha vindo a desenvolver. Também tinha vindo a desenvolver na promoção turística de Braga, e isso era bom, não era só bom porque capitalizava os eventos, mas porque atraía mais turistas e todos os anos se iam batendo recordes não dos turistas que passavam no posto de turismo da cidade, mas dos que estavam alojados nas nossas unidades hoteleiras e isso também era positivo para Braga. Mas o Plano de Atividades não se cingia só, como alguns queriam fazer crer, à dimensão económica. O Plano de Atividades tinha outras dez linhas de atuação muito relevantes, começando pela Educação, que era aquela que, como disse na última Assembleia Municipal, transformava o povo, porque era o povo que transformava o mundo. O apoio e a discriminação positiva, ali uma atenção particular aos mais carenciados. Já tinha dito há pouco, que sessenta por cento das grandes opções eram para funções sociais, pois elas estavam materializadas nas refeições escolares do primeiro ciclo e do pré-escolar, no transporte escolar, na continuidade de oferta de manuais escolares para o primeiro ciclo e nos outros ciclos para os escalões A e B. Estavam materializadas numa opção estratégica e prospetiva de colocar à discussão a nova Carta Educativa e o Plano Educativo Municipal. Mas também estavam bem materializadas naquilo que era uma realidade já com história, que era o Orçamento Participativo Escolar. Mas essas políticas sociais também estavam ao

nível da inovação social, que era capaz de não visar o lucro, mas fazer cada vez mais e melhor, com cada vez menos, e isso era inovação social ao serviço das pessoas. E os projetos que a Câmara Municipal identificou, designadamente no “Portugal Social”, que ainda para mais tinha fundos europeus de apoio e, por isso, deveriam utilizá-los, mas, também, em outros programas europeus e em redes que se iriam estabelecer com outras cidades. Destaque, ainda, para um programa muito importante para o envelhecimento ativo, porque a questão social não se restringia só aos mais jovens, era, também, particularmente relevante para aqueles que tinham mais idade e que mais precisavam. Na questão do Planeamento e do Urbanismo, dirigindo-se ao Senhor Vereador Miguel Bandeira, registou com agrado os trabalhos de inovação organizacional que estavam a ser desenvolvidos e que o Município pretendia continuar a desenvolver para dois mil e dezassete, porque percebia bem a herança pesada, que o pelouro do urbanismo herdou, nomeadamente no acumular e nas pendências muito significativas de processos que herdaram do anterior Executivo, mas era muito relevante que aquela agilidade e simplificação acontecesse. Como também iria ser relevante transpor para o PDM e, portanto, desenvolver o mecanismo de discussão e transposição e de revisão administrativa do instrumento de gestão territorial determinante para o nosso concelho, que era o Plano Diretor Municipal, por causa da introdução e por causa da revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial que foi aprovado e que foi publicado no ano passado e que implicava, porque tinha normas que implicavam com os particulares e com a administração, e que exigiam uma nova atualização do PDM. Não era uma atualização normal, daquelas que tipicamente aconteciam de dez em dez anos, era uma atualização extraordinária, precisamente por via da entrada em vigor do novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial. Ao nível da promoção e valorização ambiental,

destacava ali a questão dos cursos de água, como elementos estruturantes numa política mais verde e de uma cidade mais verde. O Monte Picoto, seguramente, ficaria mais verde, porque, dirigindo-se ao Senhor Vereador do Ambiente, iriam continuar a plantar árvores, iriam continuar a tornar a nossa cidade mais verde, não só porque iriam ter mais árvores, mas porque os espaços verdes seriam mantidos, não só pela Câmara, pelo Executivo e pelas Juntas, mas porque cada vez mais os cidadãos faziam parte daquele processo e assumiam a sua participação nessa sustentabilidade municipal. Mas a floresta, a qualidade do ar, a adaptação às alterações climáticas eram também aspetos muito relevantes da política de uma cidade mais verde, onde a energia não só por via da eficiência energética, mas também de iluminação pública, mereciam destaque de relevo. Ao nível da Cultura, não percebia porque estavam tão preocupados em que o orçamento não aumentasse, porque, efetivamente, a cultura era, hoje, um pilar estrutural do desenvolvimento da sociedade em Braga e da nossa cultura. Não era por causa dos eventos, bem entendido, porque esses já tinham a sua história, estando cada vez a crescer mais, a crescer na cidade e fora de portas, mas era, sobretudo, por um conjunto de programas, porque hoje tínhamos equipamentos de excelência como o Teatro Circo e o Generation que, nomeadamente, o Teatro Circo ia batendo, ano após ano, recordes no número de espetadores e não era porque se investiu mais no Teatro Circo, bem pelo contrário, porque a maior parte do investimento estava feito, era porque geriam melhor, era porque usavam melhor os recursos públicos, era porque extraíram valor da capacidade instalada e esse era um exercício de competência que este Executivo e que a Vereadora da Cultura, em particular, tinha desenvolvido com a sua equipa e que tinha a certeza que iria continuar a fazê-lo. Mas a candidatura à Rede das Cidades Criativas da UNESCO, o reforço e a continuidade da aposta na candidatura do Bom Jesus do Monte a

Património da UNESCO, era particularmente relevante e mereciam o seu destaque, como, também, as iniciativas que levavam todas as semanas os Bracarenses à descoberta da sua cidade e o “À descoberta de Braga”, um programa muito barato, que permitia que todos que pretendessem participar, descobrissem Braga. No Desporto, a classificativa do “Rali de Portugal” acreditava que iria ter um forte impacto na nossa cidade. Teve, no ano passado, no Porto e não tinha dúvida que grandes eventos colocavam Braga nesse radar e não só atraía muita gente nesse mesmo dia, como geravam externalidades positivas para o concelho, que depois se prolongavam, muitas vezes, até noutros anos. As provas de atletismo já estavam, hoje, no calendário e fazia todo o sentido que estivesse. Mas, também, a saúde merecia destaque, não só por causa do “Braga a Sorrir”, mas também, dirigindo-se à Vereadora do Desporto e da Saúde, o Plano Municipal de Saúde, que acreditava pudesse ser um instrumento relevante, para termos uma saúde mais sustentável e uma qualidade de saúde envolvida com a comunidade e mais ao serviço dos cidadãos do que aquela que hoje tínhamos. Ao nível da Cooperação, a cooperação com as redes de cidades, nomeadamente com a “Eurocities” que, como sabiam, era a maior rede de cidades europeias à qual Braga tinha aderido recentemente. Mas a cooperação nas plataformas da CIM do Cávado e do Quadrilátero Urbano na Euro Região Galiza/Norte de Portugal e, também, naquilo que era o envolvimento de Braga na Região do Norte, faziam todo o sentido, nomeadamente, no Eixo Atlântico, do qual o Sr. Presidente da Câmara Municipal era também Presidente dessa Associação de Municípios da Galiza e do Norte de Portugal. Portanto, ao nível da cooperação estavam, também, no bom caminho e não tinha dúvidas que esse seria, indiscutivelmente, um dos pilares que iria tornar Braga mais relevante do ponto de vista institucional, a nível regional. Ao nível da modernização dos serviços, que era particularmente relevante para a

*qualidade de serviço e para a qualidade daquilo que era o serviço prestado aos cidadãos, destacava não só o “Balcão Único”, mas o reforço da rede “Espaços Cidadão”, precisamente para descentralizar o atendimento, para colocar numa lógica de parceria com as freguesias esse atendimento de proximidade e de qualidade. Por tudo isso, e não era pouco, dirigindo-se ao Senhor Presidente da Autarquia, o Grupo Municipal do CDS iria votar favoravelmente o Plano e Orçamento para dois mil e dezassete. O **SR. PRESIDENTE DA MESA EM EXERCÍCIO** chamou a atenção para que quando os Senhores Deputados estivessem a intervir, os Senhores Vereadores e os restantes se mantivessem em silêncio. Era uma questão de respeito para com a pessoa que estava a falar e que estava a falar em sacrifício. Por isso, pensava que todos estavam a portar-se com dignidade e esperava que continuassem assim, porque a condução dos trabalhos era mais fácil e para os Senhores Deputados também era muito mais fácil ouvir as intervenções. Depois foi a vez do **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES**, se pronunciar sobre a matéria ora em discussão, tendo, inicialmente, realçado, que viram, há pouco, um exercício muito interessante, alguns ali saberiam explicá-lo melhor que o interveniente, havia uma tese histórica e sociológica e filosófica que falava no fim da história. O Deputado Pedro Sousa, levou-lhes a nova tese, a do início da história. E notasse-se bem o tempo verbal que ele utilizava. O que ele queria que tivesse acontecido. O que ele queria que esta Câmara Municipal tivesse feito e não feito. Era uma pena, de facto, que ele não tivesse a mesma frontalidade, para dizer o que gostaria, por exemplo, no tempo da gestão que durou mais de trinta anos do Partido Socialista e tivesse ido lá dizer o que queria que eles não tivessem feito e ainda assim fizeram. Era claro que não podia fazê-lo, porque nunca se manifestou contrário a nenhuma dessas opções, pelo menos em público. E, portanto, ao não saberem de quais eram essas*

magníficas opções inadiáveis que o Partido Socialista, e julgava que quando o Deputado Pedro Sousa ali foi falar, foi em nome do Partido Socialista e não só em nome pessoal, e representado aquele bancada, representando, aliás, o porta-voz da medalha que não foi atribuída, representando todo esse património histórico, era, de facto, lamentável que não tivesse conseguido ir lá dizer, também, qualquer coisinha sobre aquilo que não deveria ter sido feito. E mais, aquilo que foi feito, não deveria ter sido feito, impedia que muitas das coisas que hoje não conseguiam fazer, viessem exatamente desse tempo. Era uma pena, mas registavam. O que interessava era o que ficava no registo histórico verdadeiro, que os Bracarenses não desconheciam e que puderam julgar nas últimas eleições. Felizmente estavam ali todos e estariam ali todos para aferir qual era, afinal, esse julgamento dali para a frente e aquele Executivo seria julgado exatamente da mesma forma que foi o anterior, pelos Bracarenses. E era pelos Bracarenses que veriam, então, quais eram as opções corretas e incorretas, aquilo que esteve para ser feito e não foi, aquilo que foi feito e não devia ter sido feito. Julgava que quanto a isso tinham um cadastro do PS que não os impedia de falar, pelo contrário, agora, custava-lhes muito, de facto, e era mesmo uma questão moral, não era uma questão meramente política, custava-lhes ouvir certas e determinadas coisas que lhes afetava o coração, já não era a mente, porque ficavam mesmo tristes como era possível que o PS não conseguisse assumir o protagonismo de todas as asneiras que fez no concelho, durante trinta anos, e ainda assim tinha o desprazer de lá ir dar lições sobre boa governação e sobre atribuição de medalhas e numismática vária àquele Executivo. Era isso que lamentavam e era com isso que tinham que conviver e os Bracarenses, seguramente, saberiam julgá-lo dali para a frente. No mais e no que dizia respeito ao Orçamento, julgava que tinham, finalmente, agora que aquela era a última vez, antes de eleições, que se juntavam para apreciar e votar as Grandes

Opções do Plano e Orçamento da responsabilidade deste executivo. Pelo quarto ano consecutivo, foram chamados a avaliar as opções estratégicas e orçamentais que deveriam orientar a ação do município em ano de eleições. Era certo que a sensibilidade da matéria e a ainda maior sensibilidade da proximidade do ato eleitoral acabavam sempre por tornar aquela discussão menos racional e mais passional. Dizia isso sem presunções de superioridade sobre qualquer um dos Colegas membros daquela Assembleia. Apenas aprendeu com o passado e constatava o presente. Era que se não fosse a especial paixão com que as bancadas da oposição abordavam aqueles documentos, e se não fosse esse o único motivo para se ouvir o que se ouvia dos mesmos, dificilmente se arranjaría explicação para tão desenquadradas observações. Só a paixão assolapada por eleições e pela ação “comicieira” podia explicar a completa falta de adesão à realidade das críticas que ali ouviram. Só o inebriar das mentes apaixonadas podia dar sentido útil ao completo desfasamento entre o que era dito pela oposição e o que era descrito pelos documentos e, melhor ainda, pelo que era vivido, sentido e descrito pelos bracarenses. Percebia o enamoramento pela mesma linha argumentativa que juntava a força dos números à falência dos argumentos. Era sempre preciso compensar o défice de razão com o superavit da emoção. E era sobretudo cada vez mais nítido que se o enamoramento dos argumentos não levar à união de facto entre as diversas forças da oposição, seria muito complicado evitar nova maioria do atual executivo. “Em suma, a geringonça queria virar bacanal. Político, claro está”. Supunha que o casamento de fachada que parecia antever-se, até podia atrair a curiosidade de certos voyeuristas, mas duvidava que apelasse a um concelho que se demonstrava cada vez mais fiel à razão de quem tinha números para apresentar e resultados que os comprovavam. Sem desprimor pela emotividade que era sempre essencial na vida política, fator indispensável de

credibilização das posições e contradições entre todos junto dos eleitores, convinha, de todo o modo, não esquecer a frieza da razão. “E, Senhoras e Senhores Deputados, o que nos dizem a razão e os resultados? Dizem-nos, com segurança, que o atual executivo prometeu e cumpriu com uma política de rigor e transparência na gestão da coisa pública. Já não falo do acesso quase irrestrito dos cidadãos aos seus governantes, nem apenas do incremento da participação cívica, que é notório. Não quero sequer repetir o quão importante foi a abertura dos armários e a retirada, um por um, dos esqueletos que assombravam e ainda assombram, a autarquia. Falo, sim, das percentagens de execução dos orçamentos, sem paralelo em largos anos na Câmara Municipal. Falo, sim, da estratégia acertada de cumprir com os compromissos financeiros a tempo e horas e libertar a economia privada das amarras de perpétuas dívidas do sector público. Falo, também, de obras úteis para todos e não de encomendas faraónicas para inglês ver e bracarense pagar. Hoje, os bracarense sabem e confiam em quem gere o dinheiro público e estão crescentemente seguros de que os destinos da autarquia estão nas mãos certas”. As grandes opções do plano e o orçamento que ali lhes levaram eram mais um passo nessa estratégia de credibilização dos poderes públicos, respondendo com verdade, com responsabilidade e com visão aos desafios que Braga enfrentava. Era por essa razão que dizia que, ao aprovarem esses documentos que dariam os meios para que a autarquia escrevesse o último capítulo de uma história que não lhe parecia que se encerrasse ali. “Minhas Senhoras e Meus Senhores, Por vezes, no passado, o Partido Socialista cometeu o erro de aqui vir apresentar o orçamento. Num claro equívoco entre o que é o papel da assembleia municipal e o papel do executivo, e como Mesquita Machado já não tinha paciência para o jogo democrático que todos aceitamos jogar, o deputado incumbido da tarefa, desfazia-se em longos discursos sobre o que era o orçamento

e não sobre o que o próprio PS pensava sobre o orçamento. Não cometeremos esse erro. Não nos compete vir aqui dar conta do que é o orçamento e apresentá-lo medida a medida. Para isso, de forma sumária ou mais aturada, temos vereadores e um presidente que, com a competência a que nos habituaram, saberão e deverão fazê-lo, a nós e aos cidadãos. Cabe-nos, antes, dizer o que achamos deste orçamento e o que pensamos das opções políticas que nele estão previstas. Este é, reavivo o facto para os mais distraídos, um documento político composto por números e não o contrário. E o que pensa o grupo do PSD deste orçamento? Convirá, desde já, dispensar algumas frases quanto ao que que não achamos que este orçamento seja. Não achamos, por exemplo, que seja um documento eleitoralista. Não vemos, de resto, como pode ser apelidado de eleitoralista um orçamento em que o único incremento sensível de verbas disponíveis para investimento se reporta à chegada (ainda que tardia) dos fundos comunitários, que vão permitir arrancar com muitos dos projetos estruturantes do concelho. E disse bem e repito, arrancar com projetos e não preparar e terminar as obras em ano de eleições, custe o que custar, para dar um ar de que algo se vai fazendo em betão porque nada se faz e planeia com visão. O aumento das transferências para as freguesias é dado como o facto provado de que agora Ricardo Rio desdiz tudo o que disse e aposta na obra fácil. Ora, a confusão insidiosa que se pretende fazer entre o aumento das transferências para as freguesias e qualquer pretensão eleitoralismo não pode ser deixada passar sem reparo. Primeiro porque desconsidera qualquer análise crítica ao porquê e para quê desse aumento. Convinha, dizemos nós, concentrar argumentos na pertinência do aumento e da existência do mesmo. Esta confusão é ainda mais criticável quando os que se declaram confundidos bem sabem que uma das prioridades políticas do atual Presidente de Câmara é, e tem sido, justamente, aplicar, ao limite do possível, o

princípio da subsidiariedade. E muito mais criticável ainda é a inventada confusão, porque a trajetória ascendente deste tipo de transferências é a única que garante o cumprimento das promessas eleitorais do atual executivo, nomeadamente o da descentralização das decisões que cabem às freguesias. Ou esquecem-se que foi Ricardo Rio quem deu início a um processo de delegação de competências genuíno com as freguesias do concelho. Processo, de resto, que olha para todas as freguesias por igual, sem discriminações partidárias. Na forma, no conteúdo e no montante, esta proposta deveria ser unanimemente louvada e não alvo desta incompreensível campanha de desinformação. Ora, não sendo este, para nós, um orçamento eleitoralista, é, pela positiva, um orçamento que respeita os eleitores. É um orçamento que não lança o isco para recolher a pesca, preferindo lançar a semente para, lá mais para diante, colher os frutos da paciência e da prudência. Note-se bem que, ao assumir, por exemplo, que as obras lançadas por este orçamento, em dois mil e dezassete, não serão concluídas em ano de eleições, o executivo dá, até, a hipótese a que qualquer outra equipa possa vir a beneficiar do produto deste investimento. Sim, porque nós, no PSD, não damos por ganhas eleições que ainda não foram disputadas. Aliás, desde há um ano que nem sequer damos por ganhas as eleições em que colhemos mais votos, pelo que todo o cuidado é pouco. Mas, Senhoras e Senhores Deputados, O que achamos, então, que seja este Orçamento e as Grandes Opções que o acompanham?” Do ponto de vista formal, havia dois aspetos a destacar. Em primeiro lugar, apreciaram a contextualização internacional, nacional e local que foi feita, porque tinha o efeito pedagógico de alertar para o mundo que os rodeava e demonstrar que o executivo não ignorava as consequências que as dinâmicas económicas que o ultrapassavam poderiam trazer. Por outro lado, a nova secção, dedicada às Atividades Mais Relevantes, era mais um polo de transparência. Não só porque possibilitava uma

leitura mais fina das prioridades da autarquia, como permitia a qualquer cidadão delas tomar conhecimento. Quanto ao conteúdo, o destaque ia necessariamente para o peso da área social, que era responsável por sessenta por cento da despesa das Grandes Opções do Plano. Por aí também se via como eram justas as distinções de que era alvo o município como autarquia mais familiarmente responsável. Continuavam e incrementavam-se as políticas de apoio a quem mais precisava, agora com destaque natural para o investimento na requalificação dos bairros sociais existentes. Seriam mais de dois milhões e meio de euros dedicados à recuperação do edificado, garantindo-se, assim, condições mais dignas para quem lá vivia. Igualmente relevante era o investimento na requalificação de várias escolas que merecia prioridade na ação e acerto na concretização. As várias escolas abrangidas clamavam pelas intervenções prometidas e era imperioso que se conseguisse dar resposta aos anseios da comunidade escolar. Os investimentos apoiados por fundos comunitários não terminavam ali e bem sabiam da mediatização que sofreram as intervenções no PEB e no mercado municipal. À sua maneira, ambas representavam uma opção inadiável de requalificação dos espaços físicos para dinamizar a ação económica. Eram casos paradigmáticos do que verdadeiramente contava, para esta autarquia, quando em causa estavam obras públicas. Era a prioridade que servia a todos que contava para desencadear a vontade política que concretizava esses projetos. Como já disseram, o prazo de concretização desses projetos não estava colado à data das eleições. Queriam fazer, mas queriam fazer bem. Ainda no plano das ações muito concretas, queriam destacar a previsão, no plano, da ciclovia urbana de Braga juntamente com projetos de mobilidade pedonal. Em conjunto, eram cerca de um vírgula vinte e cinco milhões de euros de aposta na sustentabilidade e na melhoria das condições de vida dos bracarenses. Continuavam, como não poderia deixar de ser, a apoiar a

iniciativa bem-sucedida dos vários orçamentos participativos que contavam com cada vez mais financiamento público. As tão malditas iniciativas de promoção do concelho no exterior, de que o Rally de Portugal era, no próximo ano, a maior novidade, prosseguiram o caminho da internacionalização da marca Braga. No plano macro, saudavam a continuação do esforço de consolidação das contas do município, reduzindo-se novamente o peso da despesa corrente (em dois vírgula dois milhões de euros). A libertação de verbas de rubricas da despesa, cuja rigidez era conhecida, era um processo longo, penoso e difícil, mas necessário para possibilitar o investimento estratégico da autarquia. Nessa matéria, a redução da dívida bancária da Câmara Municipal era outra boa notícia, ainda que não novidade. Conheciam a circunstância da dependência quase exclusiva dos fundos comunitários para fazer face às necessidades de investimento. Contudo, entendiam que apenas este caminho de sustentabilidade das contas públicas permitiria, a médio prazo, criar as condições para que o executivo pudesse, com maior liberdade, definir os seus investimentos. Relativamente ao Plano Plurianual de Investimentos e às críticas de que era alvo por ter incluídas verbas de reduzido valor em algumas rubricas importantes era importante o esclarecimento. O Presidente da Câmara já o disse, mas não havia problema em repeti-lo. Era conhecida a dificuldade de gerar receitas suficientes para fazer face às várias necessidades que o município não escondia ter. E era também sabido que, apesar de não estarem inscritas verbas superiores para fazer face a algumas dessas necessidades, tal não significava que o investimento real que viesse a ser feito, se quedasse pelos valores que estavam previstos. Mas era condição essencial para concorrer a determinados apoios comunitários e até do estado central, a existência dessas mesmas rubricas. Não deviam, pois, agir, com base no impulso demagógico ou na tal paixão desenfreada a que aludiu no início, sem ao menos dar o benefício

da dívida à autarquia. “Talvez esperar seja mesmo o melhor remédio. Cá estaremos, nós ou outros para julgar os resultados”. Finalmente, uma palavra para a trajetória de responsabilidade e crescimento sustentável que as empresas municipais tinham demonstrado. O crescimento de passageiros nos TUB, a capacidade de atração de investimento da InvestBraga e adequada definição de prioridades na Bragahabit permitiam-lhes olhar com otimismo para os orçamentos apresentados. Sabiam que eram exercícios difíceis, com riscos, mas a cautela que era posta na gestão e na apresentação destes orçamentos, em conjunto com os resultados já atingidos, asseguravam-lhes que o futuro próximo garantiria níveis de serviço público elevados e prestigiantes para o município. O Teatro Circo tinha agora a possibilidade de desempenhar o seu papel de dinamizador maior da atividade cultural com certeza quanto ao futuro, pelo que se aguardava, com expectativa, esta nova fase da sua centenária vida. Já na AGERE saldava-se a gestão e a capacidade de converter ganhos de eficiência na gestão em benefícios diretos para os cidadãos. Não era de agora, não era para eleitor ver. Tinha sido assim ao longo dos últimos anos, primeiro estabilizando a taxa de crescimento dos preços. Depois congelando esse crescimento. E agora diminuindo o preço a cobrar pelos serviços prestados. Era nesse tipo de resultados que se reviam e queriam continuar a rever. Em suma, o grupo do PSD na Assembleia Municipal de Braga revia-se nos documentos apresentados. Não ignoravam os riscos que estavam sempre associados à gestão da coisa pública, mas as previsões que ali foram feitas, garantiam-lhes um esforço de seriedade que acreditavam viesse a ser correspondido pela realidade. Queriam continuar a alcançar taxas de execução superiores a noventa por cento e para isso, teriam de continuar a pugnar pela exigência e competência. “Os bracarense sabem que o nosso compromisso é com eles. A nossa paixão é servi-los, embora sempre com a razão a nortear a nossa

ação. Não prometemos o que não podemos cumprir e este orçamento é o espelho desse compromisso. Não temos medo dos resultados e demos e continuaremos a dar nota do balanço feito do cumprimento desse compromisso. Outros preferem navegar na nostalgia do passado. Ou, até, imitar alianças nacionais, ao jeito dos casamentos por conveniência. Seguramente esquecem que esse tipo de casamentos rapidamente se tornam inconvenientes e não há dote marital que aguarde a artificialidade de soluções políticas não pedidas, não reclamadas e não desejadas pelos eleitores bracarenses”. O seu voto favorável aos documentos que ali lhes foram apresentados tinha, por isso, um duplo sentido. Apoiar um caminho que tinham feito e que queriam continuar a fazer com os bracarenses. E demonstrar que não era preciso inventar soluções artificiais de governação, nem iludir os eleitores com promessas fáceis para merecer o seu apoio repetido. Este não era um manifesto eleitoral, era apenas o reafirmar de um compromisso que honravam e a garantia de que por ele se continuariam a guiar. Usou depois da palavra o **SR. PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE GUALTAR, JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA**, para, inicialmente se associar ao voto de pesar apresentado naquela sessão, relativo ao falecimento do pai da Senhora Presidente. Depois, para dizer que foi para si uma honra falar depois do seu colega de tertúlia, João Marques. Ele, na sua primeira fase de intervenção, mais parecia fazer aqueles comentários que os dois iam gizando na “Antena Minho”, assim como não era estranho o facto do Deputado João Granja parecer estar na Praça do Município da “Rádio Universitária”. Começaram por comentários, mas o que se tratava efetivamente era discutir aquilo que era de muita seriedade para o concelho de Braga e para o seu desenvolvimento. Havia uma coisa que gostava de dizer ali, antes de mais, ir ler ali um texto para si seria impossível, preferia falar de improviso, porque o fazia de forma sentida, vivida e, muitas vezes, amadurecida

naquilo que eram as tarefas dos Presidentes de Junta. Mas antes não resistia a dizer, para quem às vezes brincava com a geringonça, que para si era um termo cada vez mais afetivo. E como costumava dizer, a geringonça já voava, um dia destes iria à lua e caso o ilustre Deputado Hugo Soares não gostasse, já andava a quarenta e três por cento à hora, o que lhe permitia circular em muitas cidades deste país e na cidade de Braga. Indo de encontro àquilo que era o Plano de Atividades e indo para aquilo que era mais fino e que dizia respeito à freguesia de Gualtar e que às vezes era inerente a outras freguesias. Não tinha dúvidas que o Senhor Presidente da Câmara, com quem tinha, aliás, uma boa relação, devia dizê-lo ali, também queria o melhor para Braga, só que, às vezes, era muito difícil pôr a executar aquilo que ele queria. E ia por pontos. Já foram ali falar da requalificação do Parque Escolar e perguntava se sabiam por que o Parque Escolar não foi recuperado há três, quatro anos? Por uma razão muito simples. Era que o anterior Governo não participava com verbas dos fundos comunitários, para essa requalificação. E este Governo, o Governo da geringonça, percebendo essa dificuldade, fez essa participação. “Verdade ou mentira, Senhor Presidente”? Verdade. Mas o Governo do PSD, cujo Deputado Hugo Soares era membro da Assembleia da República, negou-se constantemente. Continuando, o anterior Governo e isso era um dado adquirido, não disponibilizou verbas para a requalificação do Parque Escolar e este Governo conseguiu disponibilizar essas verbas e não tivessem dúvidas que essa era a grande verdade. Também, ali foi falada a questão da transferência de verbas para as Juntas de Freguesias, não tinha dúvidas que esse foi um dos grandes motes daquilo que foi a campanha eleitoral do Dr. Ricardo Rio. Mas a verdade foi que depois de uma interpretação correta, como sempre ali afirmou, da Lei setenta e cinco de dois mil e treze, estagnou, não foi além daquilo que a lei previa naquilo que era a sua essência,

apesar dos contributos que foram dados, no sentido de alargar, de dar maior dinâmica àquilo que era o princípio da subsidiariedade, que ali o Deputado João Marques foi expor e muito bem. E aquilo que foi bem feito no início, deveria ter continuidade, porque as Juntas de Freguesia eram capazes de interpretar essa questão. Uma questão que já tinha colocado ao Senhor Presidente da Câmara era a tecnocratização do Gabinete de Apoio às Freguesias. Retirar, tecnocratizar esse gabinete e todos os meios que lhe estavam adstritos, era retirar capacidade de elevar, era retirar capacidade de empreender. E, efetivamente, isso estava a acontecer. Já tinha uma vez solicitado ao Senhor Presidente da Câmara que revertisse essa situação, porque não dava agilidade, não dava capacidade, não dava aquilo que os Presidentes da Junta se habituaram até aí. E, para ilustrar esse facto, na preparação do Plano de Atividades, fazia-se no passado e também fez este Executivo bem nestes últimos dois anos, que era reunir com as Juntas de Freguesia, para saber o que estava a ser feito, o que era necessário ser feito. Não o fizeram e daí resultou que havia duas obras que estavam no Plano de Atividades da Câmara Municipal de Braga, para Gualtar, para dois mil e dezassete, que já estavam feitas, a renovação do piso sintético do polidesportivo e o caminho da sede da Junta ao hospital. Um estava concluído e o outro ficaria concluído no próximo mês. Portanto, queria dizer que se retirassem aquilo que foi a questão das obras da escola, que já teve a ocasião de colaborar, não só em muitas das tarefas que foram necessárias fazer e já tinha agradecido o empenho do Senhor Presidente relativamente a essa matérias, retirando isso, Gualtar tinha saldo zero, naquilo que era o investimento para dois mil e dezassete, porque se reduzia a um pequeno alargamento e a alguns metros de águas pluviais. Não mais do que isso. E isso porquê? Porque não se discutiram as questões, não se definiram as prioridades e não se assumiram, sobretudo, os compromissos. E quando se dizia que o concelho

de Braga tinha campos de futebol sintéticos a mais, havia uma verdade nisso, mas, também, havia uma grande injustiça cometida contra Gualtar. Era que de todos os campos de futebol que as PPP integravam, só não foi feito o campo de futebol de Gualtar e Gualtar tinha quarenta por cento de população dos zero aos trinta e cinco anos. E, depois, havia uma questão que já tinha colocado ao Senhor Presidente, sabia que iria ser candidato e em setembro iria prometer, novamente, o campo de futebol em Gualtar. E a pergunta que ficava era o que separava o dia de hoje, para dali a dez meses? Era essa a questão. Porque era um compromisso que o Senhor Presidente da Câmara livremente tinha assumido. Houve uma coisa que sempre lhe disse de início, ganhou para a Junta de Freguesia de Gualtar e ele ganhou em Gualtar para a Câmara Municipal de Braga. E, desde aí, tinha procurado ter com a Câmara Municipal de Braga uma co habitação responsável, compreensiva, para muitos dos problemas e, portanto, não compreendia essa, não diria teimosia, mas, se calhar, essa falta de dinheiro, como era argumentado, quando, para outras coisas, que não criticava, havia dinheiro. Ficava aquele lamento de quem, enquanto Presidente da Junta, desde mil novecentos e oitenta e dois, com uma interrupção de doze anos pelo caminho, tinha vindo a participar daqueles debates de forma construtiva, de forma colaborante, como sempre fez, mas que, efetivamente, não deixava de levar ali alguma revolta, porque os compromissos eram para cumprir, independentemente daquilo que poderiam ser as dificuldades. Porque, quando queriam, e como disse ali o Senhor Vice-Presidente da Câmara, quando um Presidente de Junta sonha, o Vereador das Freguesia só tinha que realizar esse sonho. “Senhor Vice-Presidente, realize este sonho e os Gualterienses saberiam reconhecer essa sua atitude”. De várias formas procurou ultrapassar aquela questão. Não lhes queria prender muito mais tempo, porque o campo de futebol se não fosse este ano, haveria de se resolver dali a quatro, cinco

ou oito anos, mas havia um desafio que fez que nunca lhe foi respondido. Se havia tantos campos de futebol sintéticos no concelho de Braga, porque não cediam um à freguesia de Gualtar, para ela gerir e explorar, para que as suas equipas de futebol pudessem jogar. Pelos vistos não havia campos a mais. Pediu que cedessem um para gerir, assumindo aquilo que eram as responsabilidades e não aconteceu. Dizer que havia coisas que aquela Câmara também fez. E tinha que dizer isso. Achava que era um incentivo que devia continuar, porque, agora, falava como Presidente de Junta, a questão dos Orçamentos Participativos foi uma boa medida, mas, por exemplo, quando falavam na mobilidade em termos do Município, a mobilidade urbana era uma dinâmica que não se compadecia com atrasos. Não se compadecia com adiamentos e a verdade era que viam os problemas de trânsito que não eram resolvidos. Falavam das vias cicláveis, como se fosse a panaceia para a resolução de um problema, e que, infelizmente, e até era adepto do ciclismo, o poderia vir a adiar. Portanto, moderação e equilíbrio, naquilo que eram propostas relativamente à mobilidade, era o que se pedia. Mas relativamente aquilo que eram constrangimentos enormes, que Gualtar muito sofria, nomeadamente com o tão propalado e falado eixo de ligação entre a Avenida Central e a Universidade do Minho, que tardava em resolver-se. O problema de Infias e tantos outros, que muitas vezes davam cabo da cabeça, sobretudo, em termos de mobilidade. Deixava, apenas, alguns contributos, alguns dos quais a freguesia de Gualtar ia sofrendo e, portanto, dizer que já tinha votado os Planos de Atividades dos anos anteriores de formas muito variadas, contra, abstenção e a favor e, quanto a este Plano, que apresentava para Gualtar, que retirando a Escola, tinha o contributo daquilo que era a solidariedade do Estado e a solidariedade europeia, quase que diria que era saldo zero, porque o que se iria fazer não estava à altura daquilo que era uma comunidade que muito trabalhava, que muito colaborava para o

*desenvolvimento do Município e, portanto, não era justo aquilo que lhe estavam a fazer. A palavra foi dada ao **SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA, RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO**, para dar algumas notas prévias. Primeiro, para dizer, numa nota de enquadramento que um documento estratégico como as Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal, não refletiam aquilo que era a gestão corrente de uma Câmara Municipal na sua multiplicidade de aspetos. E, obviamente, que naqueles documentos e naquilo que eles versavam e que apresentavam como propostas para o próximo ano, não estavam aspetos como aqueles que já, hoje, ali foram levantados de forma pertinente, a começar pelos próprios cidadãos, que tinha a ver com a gestão de tramitação de processos de natureza urbanística, com interface com a relação com a Câmara Municipal, ou até, com aquilo que eram os transtornos que o normal realizar de uma determinada obra sempre causava e a incerteza que causava naqueles contextos em que se enquadrava. E, sobre essa matéria, aquilo que obviamente poderia reiterar era que, primeiro, do ponto de vista urbanístico, todos os processos que tinham sido tramitados na Câmara Municipal, tinham cumprido, escrupulosamente, com as normas, os regulamentos e as leis, que regiam os diferentes processos. E isso aconteceu claramente e todos os cidadãos poderiam obter esses esclarecimentos formalmente junto dos serviços municipais, no caso que ali, hoje, foi levantado, mais uma vez, da Quinta das Portas. Segundo, e ainda em relação a esse processo, era preciso ter calma, como dizia a música, porque não era durante a realização de uma determinada obra, que se podia fazer um juízo sobre aquilo que iria ser o impacto que essa mesma obra iria ter sobre o bem-estar dos cidadãos da sua zona envolvente. E, portanto, como todos constatavam e, reiteradamente, voltavam a repetir, a obra estava a decorrer de forma acelerada, não faltavam muitas semanas para se perceber qual era o*

mapa final do projeto, quais eram os benefícios reais para a fruição do espaço público, para lá daquilo que eram as melhorias evidentes do ponto de vista das infraestruturas, dos arruamentos, dos coletores de águas pluviais, que não existiam e não serviam muitas daquelas zonas de todo aquele projeto que estava ali a ser implantado, para lá dos seus méritos económicos. Quando ele estivesse concluído, seria justo fazer o juízo sobre a sua vantagem, ou desvantagem, para a zona em que estava a ser implantado. Dito isso, além dessas questões, a gestão municipal também se fazia de dialéticas como aquela que ali, hoje, mais uma vez, viveram, com as intervenções dos diversos grupos parlamentares e com a forma como cada um encarava a sua posição e as suas opiniões em relação ao Município. Uns optando por valorizar o trabalho e as propostas que se apresentaram para o futuro, outros, exortando fragmentos do passado, dos quais, manifestamente, mais se reviam. Era aquilo que também na gíria, hoje, do discurso público, se costumava designar como as zonas de conforto. Uns mais confortáveis, seguramente, no tempo antigo. Outros, mais confortáveis no tempo novo, que, hoje, se vivia em Braga. Além de tudo isso, naturalmente que o próprio, que teve um lastro, que, ali, hoje, já mais uma vez, voltou a ser evocado, bastante longo de trabalho na oposição, sempre procurou, com a sua equipa, com os Senhores Vereadores que o acompanharam, formular contributos e propostas, que ajudassem a melhorar o desempenho do Executivo Municipal, dos sucessivos Executivos Municipais e não apenas que se cingisse a apontar críticas ou reparos àquilo que era a ação do Município. Infelizmente, e essa era uma nota de lamento, que tinha, mais uma vez, que deixar, este Executivo tinha-se confrontado com esse difícil vazio de não existirem contributos concretos, propostas concretas, sugestões concretas de intervenções por parte dos diversos partidos da oposição, em relação à atuação do Município. E, pior do que isso, quase diria que se era certo que este

Executivo Municipal tinha muitas vezes procurado gerar consensos e unanimismos dentro da sociedade Bracarense em torno de uma determinada visão estratégica e dos objetivos que era importante prosseguir, o que nunca imaginariam, e não sabia se alguma vez desejariam sequer, era que a mesma força política que combateram aquela maioria durante tantos e tantos anos, fosse a mesma que, diariamente, reivindicasse o cumprimento do seu programa eleitoral. Que reivindicasse a extinção da SEGEB, que criaram. Que reivindicasse a concessão do estacionamento que criaram. Que reivindicasse as intervenções que não fizeram em muitos equipamentos e muitos espaços municipais, que tinha defendido na valorização do património, na qualificação dos espaços ambientais, na qualificação da dinâmica cultural da cidade, na intervenção sobre a dinamização económica. Vê-la apropriar-se, ou, neste caso, não era tanto uma apropriação, porque ele continuava seu, mas de forma tão evidente a subscrever aquele que era o seu programa, para a gestão da cidade, era, no mínimo, chocante, face ao contraste que essa subscrição revelava com aquilo que foi a sua atitude no passado recente. Os exercícios de mea culpa, os exercícios de inversão do caminho, tinham limites, no mínimo, do ponto de vista do pudor político sobre a forma como se lidava com determinadas matérias. A juntar a tudo isso havia necessidade de intervir com rigor e de dizer as coisas com base em dados muito concretos. E, apenas, por motivos pedagógicos, aos senhores Deputados, que ali já intervieram do PS e até algumas intervenções públicas que tinham sido feitas, era preciso olhar para os dados e lê-los como eles eram. Ler, hoje, como viu e, hoje, ali, mais uma vez, ouviu, porque também, havia talvez, por inércia, essa tendência para reproduzir, em sede dos órgãos municipais, outras formas de comunicação por outros canais, mas isso cada um convivia com a forma de atuação que entendia. Ler, hoje, num jornal, que havia uma degradação do clima económico, em Braga,

entre dois mil e dez e dois mil e catorze, porque se perdeu mais de mil milhões de euros de volume de atividade económica, era, se calhar, escamotear, que em dois mil e treze, quando aquele Executivo tomou posse, o volume de atividade económica era menor do que no final de dois mil e catorze. E, portanto, a terceira guerra mundial, a bomba atómica do ponto de vista económico na cidade de Braga, que fez desaparecer o setor da construção civil e todos os outros, não ocorreu, quando este Executivo tomou posse, ocorreu antes deste Executivo tomar posse, bastava olhar para os números do PORDATA e ver qual era o volume da atividade económica em dois mil e treze. Os consultores económicos de alguns partidos não estavam, se calhar, tão informados. Ou, quando se invocava o barómetro da União Europeia sobre a qualidade de vida nas cidades, cumpria repetir, também, que os dados de dois mil e quinze, em que Braga aparecia em terceiro lugar, eram substancialmente melhores do que aqueles que foram produzidos pelo mesmo euro barómetro relativos ao ano de dois mil e doze, ou seja, quando o Executivo Municipal era outro do que aquele que foi avaliado no euro barómetro de dois mil e quinze. Eram dados. Eram fontes. Era importante ser rigoroso. Isso, ser rigoroso, dava muito trabalho e não permitia que se pudesse fazer opinião pública e não se fizesse, também, oposição política, não apenas de uma forma construtiva, mas de uma forma que permitisse ler a realidade, conhecer a realidade, que não fosse, apenas, a ler os “posts” do seu bom amigo Luís Tarroso Gomes, que ia sendo a fonte de muitas e muitas intervenções de todos os partidos políticos da oposição e que ia fazendo escola. E o interveniente, por esse exercício de cidadania, agradecia-lhe, mas, infelizmente, não chegava, seria exigível que aqueles que tinham responsabilidades enquanto eleitos, tivessem a mesma dedicação, em termos de escrutínio da realidade. Dito tudo isso, obviamente, que podiam olhar para o documento que ali estava em apreço, os

documentos de Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Braga. E, sobre eles, queria ali, sem se repetir em relação às extraordinárias intervenções que ali foram feitas quer pelo João Marques, quer pelo Carlos Neves e a outras apresentações que já fez publicamente, apresentar três aspetos fundamentais. O primeiro, do ponto de vista das políticas. Aquele era um documento de continuidade. Ao longo de todo aquele mandato, em linha com o programa eleitoral que sufragaram junto dos Bracarenses, assumiram novas prioridades. Assumiram novas políticas para determinadas áreas do Município e elas voltavam a refletir-se, de forma inequívoca, naquele documento. Na componente de dinamização económica e, também, como ali foi dito, a dinamização económica não era fazer a Câmara Municipal criar empresas, criar empregos, criar volume de negócios. Era dar condições para que as empresas, para que todo o tecido económico se pudesse desenvolver. E aquilo que viam, e isso não era a máquina de comunicação da Câmara a produzir notícias para os jornais e para as rádios, nem pagas, nem gratuitas, era empresas do setor do turismo a instalarem-se na nossa cidade, era empresas do comércio de todas as áreas a instalarem-se na nossa cidade, era empresas de serviços de apoio às próprias empresas a instalarem-se na nossa cidade, era empresas industriais de vários setores de atividade a expandirem a sua atividade e a instalarem-se na nossa cidade e era, obviamente, por toda essa dinâmica, que de dois mil e treze até dois mil e dezasseis, o número de desempregados no Centro de Emprego, caiu quase quatro mil, face aos dados da altura. E isso não foi a Câmara Municipal, porque não foi a Câmara Municipal que contratou nenhuma dessas pessoas, foram as empresas, foram os investidores, que puderam, com o apoio da Câmara Municipal, com o apoio da Investbraga, criar esses postos de trabalhos e os muitos mais que se avizinhavam. Só a Bosch, que ontem viram, mais uma vez, pelos melhores motivos, nos noticiários nacionais,

entre dois mil e quinze e dois mil e dezassete, iria criar, em Braga, mil e quinhentos postos de trabalho, muitos deles qualificados, muitos deles para doutorados da própria Universidade do Minho, com quem tinha uma parceria exemplar. E isso era, obviamente, fruto do clima e da capacidade de apoio ao investimento que a Câmara e a Investbraga, também, tinham criado. Tal como acontecia o mesmo na área do empreendedorismo e do apoio ao empreendedorismo em que Braga ia sendo referenciada, continuamente, pelos melhores exemplos, em termos de políticas e em termos de resultados das suas empresas. Isso acontecia na área da dinamização cultural. Isso acontecia na área da qualificação ambiental e acontecia, também, do ponto de vista das políticas sociais. “De hoje a oito dias estarei, ao final da tarde, em Coimbra a receber, pela terceira vez, pelo Município de Braga, o prémio a “Bandeira de Autarquia Familiarmente Responsável”. Algo que nunca aconteceu no passado e que aconteceu recorrentemente durante este mandato, em todos os anos, ao ponto de neste ano terem recebido uma bandeira especial, que era aquela para quem tinha três anos de reconhecimento, que era a bandeira com a palma. E porque receberam essa bandeira e porque foi a Câmara Municipal de Braga e não nenhuma outra a nível nacional, que foi convidada pela Associação Portuguesa de Famílias Numerosas, para representar Portugal em Riga, no passado mês de agosto? Porque as políticas sociais da Câmara Municipal de Braga, muitas delas inovadoras, muitas delas criadas durante este mandato autárquico, eram medidas absolutamente distintivas. A redução da carga fiscal generalizada que se tinha vindo a verificar no IMI, no IRS, na Derrama, nos tarifários municipais. Pela primeira vez em mais de quinze anos, desde o próprio processo de privatização que foi feito, os tarifários da água iriam descer de uma forma generalizada, para toda a população, tal como já o ano passado, pela primeira vez, foram congelados para

toda a população, além da regalia que tinha sido dada dos vinte por cento para as Juntas de Freguesia, ou dos doze e meio por cento que tinham sido dados às IPSS's, ou dos cinquenta por cento que tinham sido dados às famílias numerosas. Tinham, também, os cuidados de saúde na área dentária, na área oftalmológica, para os mais jovens. Os apoios à terceira idade da mais diversa índole, com políticas, todas elas, a serem replicadas a nível nacional, em diversos contextos autárquicos. Eram formas diferentes de abordar a gestão municipal, focados nas pessoas, focados nos seus problemas, focados nas suas necessidades. Mas eram políticas que tinham um custo e que, obviamente, iriam ser alargadas e reforçadas durante o ano de dois mil e dezassete, por exemplo, entre outras medidas, com a política de apoio à vacinação contra o rota vírus que iria custar aos cofres municipais quase cem mil euros, para apoiar os cidadãos mais carenciados nesse plano de vacinação. Havia, também, a dimensão do investimento. E sobre a dimensão do investimento, deixar ali clara uma nota relativamente a uma declaração pública que fez, sobre o documento que não queria ter que apresentar. Não era ali, ao contrário do que aconteceu no primeiro ano daquele mandato, nenhum rebate pelo facto de considerar que aquele documento estava demasiado condicionado pelas políticas anteriores, ou por aquilo que foram as heranças do anterior Executivo. Não. Disse que não queria ter que apresentar aquele documento, porque a verdade era que o documento para dois mil e dezassete replicava muitos dos investimentos que já estavam no orçamento de dois mil e dezasseis e que, infelizmente, não se puderam concretizar. E porque não se puderam concretizar? Porque todos eles, quase sem exceção, dependiam de financiamentos comunitários. E a verdade era que não por culpa do Vice-Presidente de então da CCDRN e dos demais responsáveis dessa instituição, mas por força do enquadramento que a generalidade dos fundos comunitários tinha tido a nível nacional, só ao longo dos

últimos meses deste ano foi que começaram a surgir os primeiros avisos em termos de lançamento de candidaturas. Já não era sequer mérito da geringonça. Mau seria se passados três anos do quadro, ainda não tivessem avisos a serem lançados para a economia e não se estivesse a injetar essa mesma economia. E a juntar a isso, permitissem-lhe uma nota muito singela de esclarecimento ao Senhor Presidente João Nogueira. Não foi este Governo que inseriu verbas para a educação e para a requalificação dos equipamentos escolares. A definição do mapa e dos valores a alocar foram feitos pelo anterior Executivo. Tanto assim que até foi feito, como sabia, e muito bem, o mapeamento dos equipamentos escolares a consagrar com esses mesmos investimentos. Tanto assim que foi nesse mapeamento, que foram incluídas as Escolas de Gualtar, de Merelim e de São Lázaro e, também, a Escola Secundária de Maximinos, que iria ser financiada por fundos comunitários. Mas, curiosamente, foi sobre a alçada deste Governo, já agora permitissem uma nota, que a DGEST veio fazer uma chantagem descarada com a Câmara Municipal de Braga, dizendo que se não assumissem cinquenta por cento da contrapartida nacional, a obra da Escola Secundária de Maximinos não seria assumida no financiamento comunitário. E isso foi feito com a cumplicidade do atual Governo da geringonça. A verdade era que esses investimentos e todos eles iriam avançar, de facto, em dois mil e dezassete, estavam sujeitos a financiamentos comunitários. O Parque de Exposições, o Mercado Municipal, as intervenções nos equipamentos escolares, muitos outros projetos na área da mobilidade, da intervenção nos bairros sociais, eram milhões e milhões de euros dentro do PEDU, que foi aprovado para a Câmara Municipal de Braga de cerca de vinte e dois milhões para aquele quadro e do valor que estava alocado à CIM do Cávado, em sede do seu Plano de Desenvolvimento Territorial, que eram instrumentos que iriam apoiar a concretização desses projetos. E, obviamente, que

não fazia sentido nenhum, era uma questão de rigor e de racionalidade económica, que avançassem com projetos, pondo em causa o seu financiamento, sabendo que tinham que condicionar o próprio processo de desenvolvimento do projeto, o seu processo de candidatura àquilo que seriam as regras dos financiamentos comunitários. E, por isso, era que em dois mil e dezassete se repetiam muitos dos investimentos de dois mil e dezasseis. Mas, também, fora dos investimentos comunitários, seria em dois mil e dezassete que se iriam concretizar investimentos como os acessos ao Parque de Sobreposta, à zona de Navarra, onde estava sediada uma das grandes indústrias do nosso concelho, a “Alumínios Navarra”, onde estava a ser desenvolvido, pela Câmara Municipal, o acesso ao Parque Industrial de Padim da Graça. Aliás, a pergunta que se poderia fazer ao Deputado Pedro Sousa, era se a terceira guerra mundial, que há pouco invocou, se tinha ocorrido neste mandato em relação a esse mesmo acesso, ou se por medo de furar algum pneu, os responsáveis municipais nunca tiveram tempo de fazer aquilo que estes fizeram e os responsáveis da Investbraga, que foi falar com os empresários, perceber as suas necessidades e gizar um projeto para intervenção nesse mesmo acesso crucial para um parque industrial que tinha uma dimensão muito significativa. E, a juntar a tudo isso, havia outros projetos, vários outros investimentos, como o pavilhão Flávio Sá Leite, como os equipamentos na rodovia, como a rua nova de Santa Cruz, que iriam ser concretizados em dois mil e dezassete. Mas, quando se dizia que iriam ser concretizados, dizia muito bem, há pouco, o João Marques, que iriam ser concretizados não para ficarem prontos até às eleições, mas que havia um ciclo político que estava a ser desenvolvido e os projetos iriam ter o seu lugar, o seu desenvolvimento, sem serem acelerados, sem serem condicionados pela necessidade de promover inaugurações à boca das urnas. E aí, permitissem-lhe, também, que lhes dissesse, que ouvir dizer que este

Orçamento e este Plano era um Orçamento eleitoralista, levavam-no sempre a pensar que isso era um elogio. Porque a não ser que qualquer uma das forças políticas ali presentes e que invocou esse tipo de argumentário considerasse que os eleitores não eram suficientemente inteligentes para julgar a conduta daqueles que os governavam, ou, então, se um documento era eleitoralista, era porque correspondia às expectativas dos eleitores e, portanto, cumpria aquilo que os eleitores esperavam da parte de um Executivo Municipal. Mas, a verdade, e com isso remataria, era que quando dali por alguns largos anos, um Senhor Deputado da então Coligação “Juntos por Braga”, fosse fazer um elogio fúnebre político tão gracioso como aquele que ali, hoje, foi feito pelo Deputado Artur Feio, em relação àquele Presidente de Câmara, não iria evocar o ano de dois mil e dezassete, nem pelas obras do PEB, nem pelas obras do Mercado Municipal, nem por nenhuma das outras que há pouco citou, nem mesmo pelas políticas que foram concretizadas. Em dois mil e dezassete o que mais marcou a atividade da Câmara Municipal e a conduta deste Presidente e deste Executivo, foi a dissolução e liquidação da Sociedade Gestora de Equipamentos de Braga, vulgo, parceria público-privada, que hoje foi registada na Conservatória, depois de aprovada em sede de assembleia geral da sociedade e que iria representar muito mais do que uma mera poupança, muito mais do que uma mera poupança no erário municipal. Iria representar um virar de página completo daquilo que era a forma de gerir os recursos públicos e de gerir o Executivo Municipal. Porque uma coisa era gastar hoje e pôr outros a pagar. Outra coisa completamente diferente, era pagar hoje, para que outros pudessem poupar anos e anos a fio, muito depois do horizonte possível de mandatos, que este Presidente e este Executivo poderiam ter. Isso era uma diferença que marcava toda a diferença. E aquilo que este Executivo conseguiu, hoje, naquela assembleia geral, desencadeando com a colaboração dos

acionistas privados, dos moldes que já explicitaria, àquele processo de dissolução, não foi apenas corrigir um erro crasso do passado, uma forma irresponsável de gerir os recursos públicos e de fazer obra sem olhar àquilo que eram as respectivas condições de financiamento. Aquilo que hoje fizeram, foi demonstrar que, às vezes, mais importante do que fazer novo, era não fazer errado e era corrigir os erros, que herdaram do passado anterior. E era, por isso, que em dois mil e dezassete, o marco principal desta governação iria ser, estava em crer, a extinção da SEGEB. Como tinham apresentado publicamente, a Câmara Municipal tinha assumido e foi ante ontem aprovado em sede de Executivo Municipal, a disponibilidade para poder liquidar a SEGEB, pagando uma única contrapartida aos parceiros privados. Ou seja, a atualização do valor final da sociedade, que não se materializava, com essa mesma extinção e que com base nos dados da nossa consultora, com base na taxa de atualização que definiram, importava em cerca de um milhão e meio de euros. Ontem mesmo receberam um e-mail dos acionistas privados em que sugeriam, que tendo tido informação sobre a posição da Câmara Municipal, para aquela assembleia geral, entendiam que a mesma não correspondia às suas expectativas sobre aquele processo e que havia dois aspetos em concreto, um deles, que nunca tinha sido evocado, mas, finalmente clarificado, para sustentar a sua posição, que consideravam que, em primeiro lugar, em termos técnicos, a atualização que foi era suscetível de dúvidas, ou seja, que teria que ser discutido o valor da atualização que deu origem à proposta aprovada em sede de Câmara Municipal. E, por outro lado, que teria, também, que ser tido em conta o ressarcimento desses parceiros privados, pelas obras que lhes tinham sido concretizadas, que no compito geral de todas as intervenções da SEGEB foram realizadas por esses mesmos parceiros e que ao liquidar-se a SEGEB não iriam ser realizadas e que, portanto, gerariam uma componente de lucros cessantes. Ora,

atendendo a esses dois argumentos e à proposta de regulamento dum Tribunal Arbitral que lhes foi apresentada, consultados os nossos serviços jurídicos, consideraram que estavam reunidas as condições para validar o regulamento que lhes foi apresentado. Aliás, cumpria dizê-lo, que quando se falava das amarras do passado, elas não eram apenas financeiras. O acordo parassocial que nunca foi escrutinado pelo Executivo Municipal e que foi assinado pelo anterior Executivo remetia para o Tribunal Arbitral o dirimir dessas questões. E, portanto, aquilo que foi hoje feito na assembleia geral foi que os parceiros privados não votaram favoravelmente, mas abstiveram-se e ao absterem-se, legitimaram a passagem do processo de dissolução. O processo foi aprovado. A sociedade encontrava-se formalmente dissolvida e o seu registo já foi feito na Conservatória, em Braga e iria iniciar-se, agora, um processo de liquidação dos ativos da sociedade, que redundaria, de acordo com o plano que estava estipulado, na internalização dos ativos e passivos da SEGEB na própria Câmara Municipal. E, obviamente que, nesse momento, em sede própria, todos os órgãos municipais, quer a Câmara Municipal, quer a Assembleia Municipal, teriam oportunidade de se pronunciar e de fazerem, novamente, o seu juízo, sobre os termos desse mesmo processo. A juntar a tudo isso, também dizer, e respondendo de uma forma muito direta ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Gualtar, não descuravam que alguns dos equipamentos que estavam previstos na SEGB, fossem, de facto, necessários. Acima de tudo, o que sempre discordaram foi do modelo de financiamento que estava inerente a toda a operação. E foi por isso, que também disse em conferência de imprensa, na semana passada, quando anunciou aquele plano, que o campo de Gualtar iria ser realizado não em dois mil e dezassete, porque não havia dinheiro, de facto, mas em dois mil e dezoito. “E até lá, Sr. Presidente, não estamos esquecidos dessa proposta e estamos a contactar outros seus colegas para aferir

da disponibilidade para Gualtar poder gerir um dos equipamentos excedentários que, infelizmente, existem no nosso concelho. Vamos conversar brevemente. Vote, hoje, como entender, mas essa é uma garantia que não podia deixar de lhe dar publicamente.” Tudo aquilo para dizer que, de facto, este ano de dois mil e dezassete, era um ano que não tinha, apenas, eleições autárquicas em Braga. As eleições autárquicas eram um instrumento poderoso da democracia em que se dava as oportunidades aos cidadãos de subscreverem ou refutarem a forma como os seus municípios eram geridos. Os Bracarenses faziam, com tranquilidade e, obviamente, com acesso, graças, também, a toda aquela transparência que era promovida a toda a informação sobre a atividade do Município, o seu juízo. E estavam tranquilos do trabalho realizado, do trabalho que iriam realizar e da certeza de que, hoje, Braga estava muito melhor do que alguma vez esteve. **O SR. PRESIDENTE DA MESA EM EXERCÍCIO** agradeceu, desde logo, a informação que prestou à Assembleia acerca dos resultados da reunião tida, que lhes foi transmitida, ali, em primeira mão, o que registava com muito agrado, porque respeitava aquela Assembleia. **O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**, respondendo a um pedido formulado pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Gualtar, disse que iriam disponibilizar publicamente a todas as forças políticas e a todos os cidadãos não o acordo, porque o que houve foi um regulamento do Tribunal Arbitral, que iria desencadear-se dali para a frente. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada com quarenta e nove votos a favor; com dezassete votos contra e com três abstenções**. A palavra foi dada ao Sr. Deputado da C.E.M., **MANUEL CARLOS FERREIRA DA SILVA**, para, invocando a defesa da honra, em relação a uma afirmação do Sr. Presidente da Câmara Municipal, dizer que tinha chamado a atenção para o facto de a oposição não apresentar contributos positivos em relação ao Plano e Orçamento. No

entanto, queria lembrar-lhe que em dois mil e catorze, por iniciativa própria, a CEM, apresentou uma série de propostas em contributos positivos e não foram aceites nenhuma delas. Então, perante isso, qual a conclusão que tiraram? Valia a pena ou não valia a pena? Em nome da verdade, pela falta de verdade da sua afirmação, para que não se tornasse uma pós verdade, à boa maneira americana, como estava a acontecer. Foi apresentada uma **Declaração de Voto pelo SR. PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE GUALTAR, JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA**, realçando que a Freguesia de Gualtar votou contra o Plano de Atividades e Orçamento da Câmara Municipal de Braga relativo ao ano de dois mil e dezassete pelas seguintes razões: o Plano não contemplava a construção do campo de futebol de Gualtar conforme compromisso da Câmara Municipal de Braga. Em diversas vezes concertou propostas que permitissem um compromisso que agora foi anulado. O campo de futebol de Gualtar era uma obra prevista na SGEB, cuja extinção aplaudia, mas que deveria salvaguardar os projetos que se considerassem viáveis e justificados, como este amplamente o demonstrava. Assim a Freguesia de Gualtar foi obrigada a votar contra pela falta de compromisso e da injustiça praticada contra Gualtar e contra os Gualtarense.

PONTO NÚMERO TRÊS – PROPOSTA DE ESTIMATIVA DA DESPESA FISCAL DECORRENTE DE ISENÇÕES E REDUÇÕES, PARA O ANO DE DOIS MIL E DEZASSETE. Submete-se à consideração da Assembleia Municipal, para aprovação, proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de trinta e um de outubro do ano em curso, referente à estimativa da despesa fiscal decorrente de isenções e reduções, para o ano de dois mil e dezassete, nos termos do disposto no número dois, do artigo quadragésimo primeiro do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças e a ratificação dos atos de isenção que ultrapassaram o valor de quinhentos mil euros em dois mil e dezasseis, que aqui se

dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada com duas abstenções da C.E.M.** **PONTO NÚMERO QUATRO – PROPOSTA DE NOMEAÇÃO DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS.** Submete-se à consideração da Assembleia Municipal, para aprovação, proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de trinta e um de outubro do ano em curso, referente à nomeação da Sociedade “Gaspar Castro, Romeu Silva & Associados SROC, Limitada”, como auditora externa responsável pela certificação legal de contas do Município de Braga, para os anos de dois mil e dezasseis, dois mil e dezassete e dois mil e dezoito, nos termos e para os efeitos do número um, do artigo setuagésimo sétimo, da Lei número setenta e três barra dois mil e treze, de três de setembro, que aqui se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada com treze abstenções.** **PONTO NÚMERO CINCO – TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de trinta e um de outubro do ano em curso, referente à Taxa Municipal de Direitos de Passagem, em que propõe a fixação em zero vírgula vinte e cinco por cento, nos termos da alínea b), número dois, do artigo centésimo sexto da Lei número cinco barra dois mil e quatro, de dez de fevereiro. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada por unanimidade.** **PONTO NÚMERO SEIS – CONTRATOS-PROGRAMA RELATIVOS ÀS EMPRESAS MUNICIPAIS PARA O ANO DE DOIS MIL E DEZASSETE.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos do número cinco, artigo quadragésimo sétimo da Lei número cinquenta barra dois mil e doze, de trinta e um de agosto, os contratos-programa, aprovados em reunião do Executivo Municipal de catorze de novembro do ano em curso, das

seguintes empresas municipais: *INVESTBRAGA* – Agência para a Dinamização Económica, EM; *BRAGAHABIT* – Empresa Municipal de Habitação de Braga – EM; *TUB* – Empresa de Transportes Urbanos de Braga - EM; e *Theatro Circo de Braga, E.M, S.A.*, para o ano de dois mil e dezassete, documentos que se dão como reproduzidos e transcritos e vão ser arquivados em pasta anexa ao livro de atas. Postas à votação foram as referidas propostas votadas em separado: ***Investbraga*** – ***Aprovada com quinze abstenções***; ***Bragahabit*** – ***Aprovada com quinze abstenções***; ***TUB*** – ***Aprovada com doze abstenções*** e ***Theatro Circo de Braga*** – ***Aprovada com dez abstenções***. **PONTO NÚMERO SETE – ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL DE DOIS MIL E DEZASSEIS E ABERTURA DE CATORZE POSTOS DE TRABALHO NA CARREIRA DE ASSISTENTE OPERACIONAL.** Submete-se à consideração da Assembleia Municipal, para aprovação, proposta do Executivo Municipal, referente à alteração do mapa de pessoal de dois mil e dezasseis, conforme o disposto no artigo vigésimo nono da Lei trinta e cinco barra dois mil e catorze, de vinte de junho, conjugado com o artigo terceiro do Decreto-Lei duzentos e nove de dois mil e nove, de três de setembro, que aqui se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Solicita-se ainda autorização para a abertura do procedimento concursal de catorze postos de trabalho na carreira de Assistente Operacional. Posta à votação foi a referida proposta ***aprovada por unanimidade***. **PONTO NÚMERO OITO – PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DO CARGO DE ADJUNTO TÉCNICO DE COMANDO DA COMPANHIA DE BOMBEIROS SAPADORES E COMPOSIÇÃO DO RESPETIVO JÚRI.** Submete-se à consideração da Assembleia Municipal, para aprovação, a proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de dezassete de outubro do ano em curso, relativa à abertura do procedimento concursal para

*provimento do cargo de Adjunto Técnico de Comando da Companhia de Sapadores Bombeiros de Braga e composição do respetivo júri, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada por unanimidade.** PONTO NÚMERO NOVE – **CONTRATO DE COMODATO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA E ASSOCIAÇÃO SOCIOPROFISSIONAL DOS BOMBEIROS SAPADORES DE BRAGA (ASPBSB).** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, a proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de trinta e um de outubro do ano em curso, relativa ao contrato de comodato a celebrar entre o Município de Braga e a Associação Socioprofissional dos Bombeiros Sapadores de Braga, para a cedência de instalações, bens e equipamentos que integram o denominado “Bar/refeitório” do Quartel da Companhia de Bombeiros Sapadores de Braga e ainda a dinamização e promoção do referido espaço por parte da ASPBSB, sito na Avenida do Estádio, da União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe, de acordo com a minuta em anexo, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. O Senhor Deputado Bruno André Ferreira Gomes da Silva, do Grupo Municipal da CDU, pediu escusa para não participar na votação. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada por unanimidade.** PONTO NÚMERO DEZ – **PROPOSTA DE ADESÃO DE BRAGA À REDE DE CIDADES EUROCITIES.** Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, a proposta aprovada em reunião do Executivo Municipal de três de outubro do ano em curso, referente à adesão de Braga à rede de cidades Eurocities, bem como os Estatutos e Regras Internas, documentos que se dão por reproduzidos e transcritos e vão ser arquivados em pasta anexa ao livro de atas. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada com três abstenções.** PONTO NÚMERO ONZE –*

CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA. *Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea k), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, as propostas aprovadas nas reuniões do Executivo Municipal de dezassete e de trinta e um de outubro e de catorze de novembro do ano em curso, relativas aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências nas seguintes freguesias: Um - União de Freguesias de Morreira e Trandeiras, para a execução da obra denominada “Travessa do Senhor do Calvário - Morreira”, no montante de mil setecentos e trinta e seis euros e setenta e um cêntimos; Dois - União de Freguesias de Arentim e Cunha, para a execução da obra denominada “Requalificação dos balneários da piscina de Arentim”, no montante de dois mil oitocentos e sessenta e cinco euros e setenta e quatro cêntimos; Três - União de Freguesias de Arentim e Cunha, para a execução da obra denominada “Requalificação dos balneários da piscina de Arentim – trabalhos a mais”, no montante de novecentos e setenta e nove euros e noventa e sete cêntimos; Quatro - Junta de Freguesia de Lamas, para a execução da obra denominada “Requalificação do jardim-de-infância de Lamas”, no montante de três mil quatrocentos e setenta e quatro euros e sessenta e três cêntimos; Cinco - Junta de Freguesia de Mire de Tibães, para a execução da obra denominada “Parque de lazer do loteamento do Sobrado”, no montante de dois mil quarenta euros e cinquenta cêntimos; Seis - Junta de Freguesia de Sobreposta, para a execução da obra denominada “Construção de acesso entre a EB um de Sobreposta e o pavilhão gimnodesportivo”, no montante de trinta e dois mil oitocentos e setenta euros e noventa e nove cêntimos; Sete - União de Freguesias de Vilaça e Fradelos, para a execução da obra denominada “Coletor de águas*

*pluviais desde a rua Emílio Rodrigues ao largo do Eido (Fradelos) ”, no montante de setenta e nove mil quatrocentos e oitenta e sete euros e vinte e sete cêntimos; Oito - União de Freguesias de Arentim e Cunha, para a execução da obra denominada “Requalificação do pavimento da rua Divino Salvador – Arentim”, no montante de cinco mil trezentos e quarenta e sete euros e quarenta e quatro cêntimos; Nove - União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente), para a execução da obra denominada “Parque desportivo – iluminação final”, no montante de onze mil novecentos e oitenta euros e doze cêntimos. Postas à votação foram as referidas propostas **aprovadas com duas abstenções. PONTO NÚMERO DOZE – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS A DIVERSAS JUNTAS DE FREGUESIA.** Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, as propostas aprovadas nas reuniões do Executivo Municipal de três e de dezassete de outubro e de catorze de novembro do ano em curso, relativas à atribuição de apoios financeiros, nos termos do preceituado na alínea j), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, às seguintes Juntas de Freguesia: a) - Junta de Freguesia de Mire de Tibães, destinado a apoiar a iniciativa “A desfolhada”, no montante de mil euros; b) - União de Freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião), destinado a implementar um percurso pedestre, no montante de seis mil sessenta e sete euros e cinquenta e cinco cêntimos; c) - Junta de Freguesia de Padim da Graça, destinado a apoiar a colocação de um bloco de churrasqueira, no montante de três mil quatrocentos e noventa euros; d) - União de Freguesias de Nogueiró e Tenões, destinado a apoiar a execução da obra da capela mortuária de Tenões, no montante de doze mil e quinhentos euros; e) - União de Freguesias de Merelim São Paio, Panóias e Parada de Tibães, destinado à construção de um coberto na Escola Básica de Panóias, no montante de cinco*

mil oitocentos e setenta e três euros e vinte e cinco cêntimos; f) - Junta de Freguesia de Sobreposta, primeiro prémio do concurso do Cortejo Etnográfico, no montante de quinhentos euros; g) - União de Freguesias de Nogueiró e Tenões, segundo prémio do concurso do Cortejo Etnográfico, no montante de trezentos e cinquenta euros; h) - Junta de Freguesia de Figueiredo, terceiro prémio do concurso do Cortejo Etnográfico, no montante de cento e cinquenta euros; i) - União de Freguesias de Morreira e Trandeiras, destinado à execução da obra denominada “Tanque da Poça do Monte – Morreira”, no montante de treze mil sessenta e nove euros e oitenta cêntimos; j) - Junta de Freguesia de Espinho, destinado à execução da obra “Arranjo exterior da casa do Patronato”, no montante de doze mil quatrocentos e dezasseis euros e vinte e sete cêntimos com IVA; k) - União de Freguesias de Vilaça e Fradelos, destinado à execução da obra denominada “Campo de Futebol de Vilaça”, no montante de quinze mil setecentos e dois euros e oitenta e quatro cêntimos com IVA; l) - União de Freguesias de Lomar e Arcos, destinado à execução da obra denominada “Ampliação do auditório da sede da Junta de Freguesia de Lomar”, no montante de cento e cinquenta e seis mil cento e dois euros e quarenta e cinco cêntimos com IVA; m) - União de Freguesias de Este (São Pedro e São Mamede), destinado a participar as despesas com a quarta edição das “Bruxarias do Vale do Este”, no montante de dois mil e quinhentos euros; n) - União de Freguesias de Santa Lucrecia e Navarra, destinado a participar as despesas com a edição da “Aldeia de Jesus”, no montante de quinhentos euros; o) - União de Freguesias de Nogueiró e Tenões, destinado à execução da obra “Requalificação de espaço verde na rua Dr. Amândio César”, no montante de três mil e quinhentos euros. Neste ponto da ordem de trabalhos tomou o uso da palavra o **Sr. Deputado do P.S., PEDRO MIGUEL PEREIRA DE SOUSA**, para pedir um esclarecimento sobre

*um apoio financeiro específico que constava na alínea l), relativamente à execução da obra denominada “Ampliação do auditório da sede da Junta de Freguesia de Lomar”, cujas dívidas incidiam na titularidade e propriedade do imóvel. Nos documentos que instruíam a ordem de trabalhos, havia uma certidão da Conservatória a dar nota de que a titularidade era da Junta de Freguesia. Mas havia, também, uma ata de uma Assembleia de Freguesia, do dia onze de julho de dois mil e doze, que dizia que a Junta de Freguesia doou à Associação Cultural e Social de Lomar quer o terreno de que estavam a falar, quer o prédio rústico de que estavam a falar. Impunha-se um esclarecimento. Havia dois documentos oficiais a dizerem duas coisas em sentido, exatamente, contrário. Logo, aquilo que aprazia colocar e ver esclarecido era saber, de facto, a quem pertencia a titularidade quer do imóvel, quer do terreno em causa e, também, perceber, se no caso de a titularidade ser da Junta, como era que no ano passado e no ano em curso, a Associação Cultural e Social de Lomar candidatou intervenções, através do orçamento participativo, para aquele espaço. Ou seja, a bota não batia com a perdigota e aquela questão não estava esclarecida e gostariam que, ali, aduzissem os esclarecimentos devidos. A palavra foi dada ao **SR. VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA, FIRMINO JOSÉ RODRIGUES MARQUES**, com vista a prestar os esclarecimentos solicitados, tendo, para o efeito, referido que já tinha sido dado o esclarecimento, encaminhado, até, um documento de prova da titularidade do espaço que estava em causa da Junta de Freguesia. O documento já foi encaminhado para a Vereadora, Dr^a. Liliana com o documento do registo do terreno e isso retirava qualquer dúvida. O documento da ata da Assembleia, não se sobrepunha ao registo. Estavam a falar de questões legais e que vincou a propriedade. Voltou a usar da palavra o **Sr. Deputado do P.S., PEDRO MIGUEL PEREIRA DE SOUSA**, para salientar que estavam de*

acordo de que a ata não constituía direitos. Colocou duas questões de natureza diferente. O Sr. Vice-Presidente respondeu com um ato da Conservatória, com uma certidão sobre a titularidade quer do terreno, que do prédio rústico. Não respondeu à segunda questão, que se a titularidade era, de facto da Junta de Freguesia, como foi possível o Centro Social e Cultural de Lomar, candidatar-se em nome próprio a intervenções ao orçamento participativo, para um imóvel que não era da sua propriedade e que, segundo sabiam, não tinha estabelecido nenhum contrato de comodato, para que o pudesse fazer. Quando naquela casa, matérias que pareciam pouco esclarecidas, não fosse ali queoubessem o seu natural tratamento e esclarecimento, não fazia nenhum sentido lá estarem. E, portanto, tendo dúvidas, era natural e no exercício de escrutínio, que ali colocassem e procurassem esclarecer e a ter um contributo da forma mais clara possível. O **SR. VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA** informou que se tratavam de dois lotes diferentes e que iriam fazer chegar essa documentação para se dissipar qualquer dúvida. Postas à votação foram as referidas propostas aprovadas com duas abstenções, com exceção da alínea l) que foi aprovada com dezasseis abstenções. Voltou a usar da palavra o Sr. Deputado do P.S., **PEDRO MIGUEL PEREIRA DE SOUSA**, para solicitar, não deixando de fazer fé na palavra do Sr. Vice-Presidente da Câmara, que fosse distribuída informação, sobre aquela matéria, a todos os grupos municipais, e porque não houve, e isso podia acontecer, o devido suporte documental que proporcionasse o cabal esclarecimento sobre aquela questão, que fosse distribuída, também, pelos eleitos na Assembleia de Freguesia a quem aquela questão também interessava. **PONTO NÚMERO TREZE - CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA JUNTA DE FREGUESIA DE SOBREPOTA.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos

termos da alínea k), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a proposta relativa ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na Junta de Freguesia de Sobreposta, para a execução da obra denominada “Parque de Lazer de Sobreposta – primeira fase”, no montante de cento e cinquenta e três mil novecentos e oitenta e sete euros e setenta e dois cêntimos. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada com duas abstenções.** **PONTO NÚMERO CATORZE – ISENÇÃO DE TAXAS MUNICIPAIS.** Para apreciação da Assembleia Municipal, junto se envia informação sobre os benefícios fiscais concedidos pela Câmara Municipal, nos termos do número três, do artigo quadragésimo primeiro do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças Municipais, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **PONTO NÚMERO QUINZE – INFORMAÇÃO PRESTADA PELAS COMISSÕES PERMANENTES.** Neste ponto da ordem de trabalhos começou por usar da palavra o **SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DA EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE, JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA**, para dar a informação, porque se as Comissões Especializadas foram constituídas, naturalmente tinham o seu trabalho que estava previsto regimentalmente. Dizer que no passado dia sete de novembro a Comissão Especializada de Educação, Cultura, Desporto e Juventude, reuniu para fazer o levantamento de algumas situações e no âmbito dessa reunião remeteram às Senhoras Vereadoras Dr^a. Sameiro Araújo e Dr^a. Lúcia Dias, um conjunto de questões relativas às áreas do desporto, educação e cultura, pedindo-lhes, também, que fosse indicada a disponibilidade para tratar alguns assuntos. Nessa data perspetivaram que a reunião de dezembro, conforme preceituava a lei, fosse realizada em dezembro. Como houve antecipação viram, de certa forma,

defraudadas essas expectativas. Independentemente disso remeteu correspondência para as duas Senhoras Vereadoras. A Senhora Vereadora Sameiro Araújo já respondeu, disponibilizando-se e marcaram uma reunião para o dia seis de dezembro onde iriam fazer a análise do Plano de Atividades de forma mais detalhada, para um conhecimento mais detalhado e onde responderá a algumas questões levantadas no âmbito dessa reunião. Da Senhora Vereadora Dr^a. Lúcia Dias esperavam as respostas que se comprometeu enviar por escrito e aguardavam a disponibilidade de datas para fazerem a reunião conforme estava regimentalmente estabelecida. Depois foi a vez da **SR^a. PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS E SAÚDE, FILOMENA MARIA BEIRÃO MORTÁGUA SOUSA FREITAS BORDALO**, informar que a Comissão a que presidia reuniu no dia doze de novembro, no Centro de Solidariedade de Braga, do Projecto Homem, uma visita de trabalho e uma reunião, que o apreço que o trabalho que lhes foi dado observar fez com que a Comissão tivesse decidido, por unanimidade, recomendar à Assembleia Municipal, que fosse concedida uma medalha pelos vinte e cinco anos dessa Associação. Esse pedido foi dirigido à Senhora Presidente da Assembleia, que presumia, remeteu à Câmara Municipal. De seguida interveio o **SR. PRESIDENTE COMISSÃO PERMANENTE DE URBANISMO, PLANEAMENTO, AMBIENTE, TRÂNSITO E PROTECÇÃO CIVIL, PAULO ALEXANDRE LOPES DE CARVALHO VIANA**, para informar que a Comissão a que presidia tinha reunido no passado dia dezoito de outubro, para aprovar o seu relatório sobre a petição relativa ao São Geraldo que tinha sido apresentada e que a Comissão contava reunir, provavelmente, já não este ano, mas em janeiro, para tratar de um tema que foi escolhido, a proteção civil, e estava em preparação o agendamento dessa reunião, com a intenção, por parte dos membros, de visitarem o novo quartel dos Bombeiros. **PONTO NÚMERO**

DEZASSEIS – INFORMAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO. *Submete-se à apreciação da Assembleia Municipal, informação do Sr. Presidente da Câmara, acerca da atividade do Município, por escrito e que aqui se dá como reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas.* **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:** *A Assembleia Municipal deliberou aprovar a ata em minuta, para produzir efeitos imediatos, na parte respeitante aos pontos um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze, doze e treze de conformidade com o disposto no número três, do artigo quinquagésimo sétimo, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro.* **ENCERRAMENTO:** *À uma hora e vinte minutos, o Sr. Presidente da Mesa em exercício deu por encerrados os trabalhos desta sessão de trinta de novembro, de que, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.*

